



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

## EDITAL - SERVIÇO

### PREÂMBULO

#### 1. Regência legal:

Esta licitação obedecerá às disposições da Lei estadual nº 9.433/05, da Lei Complementar nº 123/06, das normas gerais da Lei nº 8.666/93 e respectivas alterações, bem como à legislação específica.

#### 2. Processo administrativo:

223/2018

#### 3. Órgão/entidade e setor:

Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

#### 4. Modalidade/número de ordem:

(  ) Pregão eletrônico nº 08/2018  
BB: 717380

#### 5. Tipo de Licitação:

(  ) Menor Preço

(  ) Global

#### 6. Objeto da licitação/Codificação no Certificado de Registro – SAEB:

Contratação de serviços para reforma nas instalações físicas da Estação de Trens da Calçada, conforme especificações no Termo.

Família: 07.29

Código: 07.29.00.00005911-0

#### 7. Regime de execução/fornecimento (forma de medição para efeito de pagamento):

**Serviço** com empreitada por preço ( ) global (  ) unitário

#### 8. Dotação orçamentária:

Unidade FIPLAN 26402	Função 26	Subfunção 453	Programa 204	P/A/OE 7312
Região/planejamento 7800	Natureza da despesa 339039	Destinação do recurso 213	Tipo de orçamentário 01	recurso

#### 9. Prazo para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente:

(  ) 30 dias

#### 10. Local, dia e hora do início da realização da licitação:

Site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) Tempo de disputa: \_\_\_\_\_ minutos mais o tempo aleatório do sistema  
[www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br)

Recebimento das propostas: das 08:00 horas do dia 02/05/2018 às 09:00 horas do dia 14/05/2018.

Início da sessão pública: às 09:15 horas do dia 14/05/2018.

#### 11. Exame prévio da minuta e aprovação da assessoria jurídica:

(  ) Declaro que a fase interna deste procedimento foi examinada pelo órgão legal de assessoramento jurídico, conforme o Parecer nº 036/2018 de 25/04/2018.

#### 12. Interstício para o recebimento das propostas:

(  ) 08 dias úteis



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

**13. Sumário:**

**PARTE I – PROPOSTAS**

- ( x ) SEÇÃO I. Especificações para elaboração da proposta de preços
- ( x ) SEÇÃO II. Termo de Referência do objeto da licitação
- ( x ) SEÇÃO III. Orçamento estimado em planilha
- ( x ) SEÇÃO IV. Modelo de Descrição da Proposta
  - ( x ) 1 - Modelo de descrição da proposta de preços
  - ( x ) 2 – Cronograma Físico – Financeiro
  - ( x ) 3 – Quadro Demonstrativo dos Encargos Sociais
  - ( x ) 4 – Modelo de Composição de Preços Unitários
  
- ( x ) SEÇÃO V. Caderno de Encargos

**PARTE II – HABILITAÇÃO**

- ( x ) SEÇÃO I. Documentos de Habilitação
- ( x ) SEÇÃO II. Certificado de Registro Cadastral CRC/CRS
- ( x ) SEÇÃO III. Modelos de Prova de Qualificação Técnica
  - ( x ) Comprovação de Aptidão para o Desempenho
  - ( x ) Declaração de Ciência dos Requisitos Técnicos
  
- ( x ) Declaração de vistoria expedida pela Administração
- ( x ) Indicação das Instalações, do Aparelhamento e do Pessoal Técnico

**PARTE III – CRITÉRIOS ESPECÍFICOS**

---

- ( ✓ ) SEÇÃO I. Amostras/demonstração de compatibilidade
  - ( ) Sim
  - ( x ) Não
- ( ✓ ) SEÇÃO II. Participação de empresas reunidas em consórcio
  - ( ) Sim
  - ( x ) Não
- ( ✓ ) SEÇÃO III. Participação de cooperativas de trabalho
  - ( ) Sim
  - ( x ) Não

**PARTE IV - CONTRATO**

---

- ( ✓ ) Minuta do contrato

**PARTE V – DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

---

- ( ✓ ) Título I – Dos Princípios
- ( ✓ ) Título II – Dos Impedimentos
- ( ✓ ) Título III- Das Propostas e dos Documentos de Habilitação
- ( ✓ ) Título IV – Do Procedimento da Licitação
- ( ✓ ) Título V – Dos Contratos
- ( ✓ ) Título VI – Das Penalidades
- ( ✓ ) Título VII – Da Revogação e Anulação
- ( ✓ ) Título VIII – Do Foro

**PARTE VI – MODELOS PADRONIZADOS**

---

- ( ✓ ) I. Modelo de declaração de elaboração independente de proposta
- ( ✓ ) II. Modelo de Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor
- ( ✓ ) III. Modelo de declaração de enquadramento (Lei Complementar nº 123/06) **[exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte]**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- (  ) IV. Modelo de declaração quanto à regularidade fiscal (Lei Complementar nº 123/06) **[exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte]**
- (  ) V. Modelo de Procuração
- (  ) VI. Modelo de petição de impugnação/recurso
- (  ) VII. Modelo de declaração de pleno conhecimento **[exclusiva para a modalidade pregão]**

**15. Informações e esclarecimentos adicionais**

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser obtidos no portal [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br) ou solicitados ao responsável pela expedição do instrumento convocatório.

**16. Responsável pela expedição do convocatório e meio de contato:**

Servidor responsável e portaria de designação:

Ana Claudia Martins de Souza Couto

Portaria: 011/2017.

Endereço: Largo da Calçada, s/n, Estação de Trens – Prédio Anexo, Calçada, Salvador – BA.

Horário: Das 09:00h as 12:00h e das 14:00h as 17:00h; Tel.:(71) 3612-1205; E-mail: [copel.ctb@ctb.ba.gov.br](mailto:copel.ctb@ctb.ba.gov.br)

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Matrícula 3.440.104-1



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

## PARTE I – PROPOSTAS

---

---

### SEÇÃO I ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

---

1. A proposta de preços terá validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data fixada neste instrumento para início da sessão pública, ainda que a licitante estipule prazo menor ou que não a consigne.
  - 1.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado às licitantes ampliá-lo.
2. O prazo de entrega ou de execução do objeto será o fixado no Termo de Referência, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo maior ou que não o estipule.
  - 2.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de entrega ou de execução superior ao estabelecido no Termo de Referência, ficando facultado às licitantes reduzi-lo.
3. O prazo de garantia técnica será o fixado no Termo de Referência, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo menor ou que não o estipule.
  - 3.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de garantia técnica inferior ao estabelecido no Termo de Referência, ficando facultado às licitantes ampliá-lo.
4. O proponente deverá elaborar a sua proposta escrita de preços de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência, em consonância com o modelo proposto neste convocatório, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em ( X ) duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

**[NOTA: assinalar o quadro correspondente]**
5. No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações. **[NOTA: excepcionar esta cláusula, quando algum tipo fornecimento for de responsabilidade do Contratante]**
6. A licitante deverá observar as cláusulas e condições do instrumento de contrato constante deste convocatório precedentemente à elaboração da proposta.
7. As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, deverão indicar esse enquadramento tributário na **Declaração de Enquadramento**, conforme o modelo da **PARTE VI** deste instrumento.
8. A licitante deverá incluir no **envelope de proposta de preço**, sob pena de desclassificação, os seguintes documentos:
  - ( ✓ ) Descrição da proposta de preços
  - ( ✓ ) Declaração de elaboração independente de proposta
  - ( ✓ ) Declaração de enquadramento, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte interessadas na concessão de tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar nº 123/06.
  - ( X ) Declaração de pleno conhecimento



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

**SEÇÃO II**  
**TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

---

**1 – OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA ESTAÇÃO DE TRENS DA CALÇADA.

**2 – FINALIDADE DOS SERVIÇOS**

O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA TEM POR OBJETIVO ESPECIFICAR E ESTABELECEER AS DIRETRIZES E CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA ESTAÇÃO DE TRENS DA CALÇADA, GARANTINDO ASSIM, MAIOR SEGURANÇA E CONFORTO AOS USUÁRIOS E FUNCIONÁRIOS.

**3 – CONDIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 3.1 - OS SERVIÇOS DEVERÃO SER REALIZADOS OBEDECENDO À ESTRITA E INTEGRALMENTE AS ESPECIFICAÇÕES E INSTRUÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.
- 3.2 - OS MATERIAIS EMPREGADOS E A TÉCNICA DE EXECUÇÃO DEVERÃO OBEDECER A TODAS AS RECOMENDAÇÕES DESTES TERMO DE REFERÊNCIA, ALÉM DAS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT OU ENTIDADES EQUIVALENTES, E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIÇOS EM QUESTÃO, E NA FALTA DESTA, DEVERÃO SER PREVIAMENTE APROVADOS POR ESCRITO PELA FISCALIZAÇÃO.
- 3.3 - EM CASO DE DETALHES NÃO MENCIONADOS NESTAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, A CONTRATADA DEVERÁ SATISFAZER AO QUE DE MELHOR EXISTIR EM TRABALHO NO GÊNERO. ASSIM SENDO QUALQUER MODIFICAÇÃO NAS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE TERMO E QUE POR RAZÃO DE ORDEM TÉCNICA, SE TORNAR NECESSÁRIO DURANTE A EXECUÇÃO, DEVERÁ SER ANTECIPADAMENTE COMUNICADA A CONTRATANTE E SOMENTE PODERÁ SER REALIZADA COM APROVAÇÃO E LIBERAÇÃO POR ESCRITO PELA FISCALIZAÇÃO.
- 3.4 - TODOS OS SERVIÇOS DEVERÃO SER DESENVOLVIDOS EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA, OBSERVANDO-SE A NECESSIDADE DE MINIMIZAR OS TRANSTORNOS AOS USUÁRIOS E A OPERAÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO. DEVERÃO SER ADOTADAS TODAS AS PROVIDÊNCIAS DE SEGURANÇA QUE SE TORNEM NECESSÁRIAS PARA QUE SEJA GARANTIDA A INTEGRIDADE FÍSICA E PATRIMONIAL DOS USUÁRIOS E FUNCIONÁRIOS.
- 3.5 - TODO O MATERIAL FORNECIDO DEVERÁ SER NOVO, DE QUALIDADE E DOS MODELOS INDICADOS. PODERÃO SER UTILIZADOS PRODUTOS SIMILARES AOS ESPECIFICADOS, PORÉM A FISCALIZAÇÃO PODERÁ EXIGIR, QUANDO HOUVER DÚVIDAS QUANTO À QUALIDADE OU SIMILARIDADE, A APRESENTAÇÃO PRÉVIA DE AMOSTRA DOS MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS, BEM COMO DOS RESULTADOS DE TESTES DE COMPOSIÇÃO, QUALIDADE E RESISTÊNCIA DESSES MATERIAIS, FORNECIDOS POR ENTIDADES DE RECONHECIDA IDONEIDADE TÉCNICA. A APRESENTAÇÃO DE TAIS ATESTADOS SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.
- 3.6 - A CONTRATADA OBRIGA-SE A MANTER DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO UM ENGENHEIRO LEGALMENTE HABILITADO, COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA ATRAVÉS DE CAT'S EM ATIVIDADES CORRELATAS AO TERMO DE REFERÊNCIA, NA QUALIDADE DE COORDENADOR, COM PODERES PARA ATUAR EM NOME DA CONTRATADA, A FIM DE GARANTIR A BOA QUALIDADE DOS SERVIÇOS E FACILITAR O TRABALHO DA FISCALIZAÇÃO.
- 3.7 - A CONTRATADA MANTERÁ NA OBRA PESSOAL QUALIFICADO EM NÚMERO E FUNÇÕES COMPATÍVEIS COM A NATUREZA DOS SERVIÇOS, COM CAPACIDADE PARA EXECUTÁ-LOS DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO CRONOGRAMA FÍSICO.
- 3.8 - A CONTRATADA DEVERÁ CONSTRUIR INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS INTEGRALMENTE A SUAS EXPENSAS. ESSAS INSTALAÇÕES DEVERÃO CONTEMPLAR, DENTRE OUTRAS, A CONSTRUÇÃO DE ESCRITÓRIO PARA FISCALIZAÇÃO. TODAS AS INSTALAÇÕES QUE COMPÕEM O CANTEIRO DE OBRAS DEVERÃO SER MANTIDAS EM PERMANENTE ESTADO DE LIMPEZA, VIGILÂNCIA, HIGIENE E CONSERVAÇÃO. QUANDO DA ENTREGA DOS SERVIÇOS A CONTRATADA DEVERÁ PROVIDENCIAR A LIMPEZA GERAL DA OBRA. HAVENDO DISPONIBILIDADE, A CONTRATADA PODERÁ OCUPAR ÁREA DA CTB PARA SUAS INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS, SENDO QUE A CITADA ÁREA DEVERÁ SER TOTALMENTE DESOCUPADA QUANDO OS SERVIÇOS ESTIVEREM CONCLUÍDOS.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- 3.9 - A CONTRATADA DEVERÁ MANTER NOS CANTEIROS DE OBRAS A DISPOSIÇÃO DA CTB, UM LIVRO DE OCORRÊNCIA DIÁRIA, COM FOLHAS NUMERADAS, COMPOSTO CADA FOLHA DE UM ORIGINAL E DUAS CÓPIAS, ONDE SERÃO ANOTADAS AS ORDENS DE SERVIÇOS E OCORRÊNCIAS. ESTE LIVRO SERÁ ABERTO NO INÍCIO DA OBRA DEVENDO QUALQUER OCORRÊNCIA SER ASSINALADA PELA FISCALIZAÇÃO.
- 3.10 - OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS SEM PREJUDICAR O ANDAMENTO NORMAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA CTB. QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE PARALISAÇÃO DE ALGUMAS ATIVIDADES DE ROTINA DA CTB PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, ESTES SERÃO CONDICIONADOS AOS HORÁRIOS A SEREM ESTABELECIDOS PELA FISCALIZAÇÃO, INCLUSIVE NOITES OU FINS DE SEMANA. A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR A FISCALIZAÇÃO COM DEVIDA ANTECEDÊNCIA SUA PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO.
- 3.11 - DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA, A CONTRATADA DEVERÁ ADOTAR MEDIDAS DE SEGURANÇA QUANTO À REDE AÉREA DE TRACÇÃO ENERGIZADA.
- 3.12 - A CONTRATADA FORNECERÁ OS EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA À COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA NO TRABALHO, SINALIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO DAS FRENTE DE SERVIÇOS, DE ACORDO COM A FISCALIZAÇÃO E CONSONÂNCIA COM AS NORMAS DA CTB.
- 3.13 - TODA A EQUIPE DE TRABALHO DEVERÁ ESTAR EQUIPADA COM FERRAMENTAS COMPATÍVEIS COM A TAREFA, VESTIMENTA ADEQUADA, BOTAS, CAPACETES E OUTROS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
- 3.14 - É INDISPENSÁVEL QUE A PROPONENTE INSPECIONE O LOCAL DO SERVIÇO E VIZINHANÇAS A FIM DE FAMILIARIZAR-SE COM A NATUREZA E VULTO DOS MESMOS, CONHECER AS FONTES DE MATERIAIS DISPONÍVEIS, AS DIFICULDADES E RECURSOS EXISTENTES, BEM COMO OBTER QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUE JULGAR NECESSÁRIAS PARA PREPARAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS.
- 3.15 - OS ENSAIOS, TESTES E DEMAIS PROVAS EXIGIDAS POR NORMAS TÉCNICAS OFICIAIS PARA BOA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONTROLE DE QUALIDADE DOS INSUMOS E PARTES DA OBRA, SERÃO ENCARGOS DA CONTRATADA.
- 3.16 - AS OBRAS DEVERÃO ATENDER RIGOROSAMENTE AO PROJETO, FICANDO A CONTRATADA RESPONSÁVEL POR QUALQUER ERRO E RESPECTIVA CORREÇÃO, SEM ÔNUS ADICIONAIS PARA A CTB.
- 3.17 - ANTES DO INÍCIO DOS SERVIÇOS, A LOCAÇÃO A SER EXECUTADA DE CADA OBRA, DEVERÁ SER OBRIGATORIAMENTE SUBMETIDA À LIBERAÇÃO DA CTB.
- 3.18 - A CONTRATADA DEVERÁ PROMOVER, PERIODICAMENTE, A RETIRADA DE TODO O ENTULHO PROVENIENTE DA OBRA, CONTEMPLANDO CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA EM BOTA-FORA AUTORIZADO PELA MUNICIPALIDADE, SEM ÔNUS PARA A CTB. QUANDO DA ENTREGA DA OBRA, A CONTRATADA DEVERÁ PROVIDENCIAR A RETIRADA TOTAL DOS ENTULHOS E LIMPEZA DO LOCAL.
- 3.19 - AS OBRAS DEVERÃO SER EXECUTADAS DE FORMA A GARANTIR AS CONDIÇÕES DE CIRCULAÇÃO DE VEÍCULO E PEDESTRES EM ALGUNS PONTOS ESPECÍFICOS, BEM COMO NO ENTORNO DA MESMA, MINIMIZANDO O IMPACTO NO TRÁFEGO EXISTENTE.
- 3.20 - ESPECIAL CUIDADO DEVERÁ SER TOMADO COM OS ASPECTOS REFERENTES À PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, NÃO SÓ NO LOCAL DAS OBRAS, MAS TAMBÉM NOS CANTEIROS.
- 3.21 - PARA OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ESPECÍFICAS, SERÃO ADOTADAS AS NORMAS DOS ÓRGÃOS COMPETENTES, TAIS COMO DETRAN, CORPO DE BOMBEIROS, CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA, ÁGUA E SANEAMENTO.
- 3.22 - AS DESPESAS DE CONTRATO, SEGUROS, LEIS SOCIAIS, ISS, E OUTRAS QUE INCIDIREM SOBRE OS SERVIÇOS E SEU PESSOAL, SERÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.
- 3.23 - A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELO CUMPRIMENTO DE TODAS AS LEIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS (INCLUSIVE TODOS OS REGULAMENTOS, NORMAS, INSTRUÇÕES E DIRETRIZES) QUE LHE FOREM APLICÁVEIS E NECESSÁRIAS AO SEU



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

FUNCIONAMENTO COMO EMPRESA, INCLUSIVE A OBTENÇÃO DE TODAS AS LICENÇAS, ALVARÁS E AUTORIZAÇÕES LIGADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE COM A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS E AO EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES NAS JURISDIÇÕES EM QUE SE DESENVOLVEM.

- 3.24 - A CONTRATADA OBRIGA-SE A REQUERER JUNTO AO CREA A ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART DOS SERVIÇOS, APRESENTANDO UMA VIA DEVIDAMENTE ASSINADA PARA CTB.
- 3.25 - SERÁ DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA CONTRATADA A INDENIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS CAUSADOS POR QUAISQUER ACIDENTES DE TRABALHO, RESULTANTES DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS CONTRATADOS, OU QUALQUER CASO FORTUITO. SERÁ TAMBÉM DE SUA RESPONSABILIDADE QUALQUER DANO OU PARALISAÇÃO DA OBRA OBJETO DESTE TERMO, ATÉ A ACEITAÇÃO DEFINITIVA DA MESMA, BEM COMO AS INDENIZAÇÕES QUE POSSAM VIR A SER DEVIDAS A TERCEIROS POR FATOS ORIUNDOS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, AINDA QUE OCORRIDOS EM VIA PÚBLICA.
- 3.26 - A CONTRATADA OBRIGA-SE A CORRIGIR, POR CULPA DIRETA E COMPROVADA DA MESMA OU DE SEUS PREPOSTOS, OS SERVIÇOS POR ELA EXECUTADOS QUE APRESENTAREM OMISSÕES OU DEFEITOS DE EXECUÇÃO CONSTATADOS PELA FISCALIZAÇÃO. A CORREÇÃO SERÁ POR CONTA EXCLUSIVA DA CONTRATADA.
- 3.27 - TODAS AS ADEQUAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS DE FORMA A CONCILIAR OS PROJETOS COM ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS, SÃO RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.
- 3.28 - AS INSTALAÇÕES DA CONTRATADA NOS LOCAIS DAS OBRAS NÃO PODERÃO INTERFERIR NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA CTB.
- 3.29 - A CONTRATADA SE OBRIGA A DISPONIBILIZAR EQUIPAMENTOS EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, EM QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÃO APROVADA PELA CTB DE FORMA A GARANTIR A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NOS PRAZOS PREVISTOS.
- 3.30 - A FISCALIZAÇÃO PODERÁ SOLICITAR A CONTRATADA UM REFORÇO DO EQUIPAMENTO OU SUBSTITUIÇÃO DE UNIDADES DEFEITUOSAS, OU MESMO A MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NÃO PREVISTOS, CASO VENHA A CONSTATAR QUE OS MESMOS SÃO INSUFICIENTES OU INADEQUADOS PARA CUMPRIMENTO DO PRAZO PREVISTO NO CRONOGRAMA.
- 3.31 - CABERÁ A CONTRATADA FORNECER OS SEGUINTE ITENS, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA CTB:
- TAPUMES  
OS TAPUMES NECESSÁRIOS PARA MANTER O PÚBLICO AFASTADO DO LOCAL DAS OBRAS.
  - ANDAIMES  
OS ANDAIMES NECESSÁRIOS SERÃO MONTADOS E DESMONTADOS CONFORME AS NECESSIDADES DE TRABALHO. SERÁ OBRIGATÓRIO AOS TRABALHADORES O USO DE CINTO DE SEGURANÇA DURANTE TODO O TEMPO DE PERMANÊNCIA NO ANDAIME.
  - PROTEÇÃO PARA PEDESTRES  
SERÃO PROVIDENCIADAS, ONDE NECESSÁRIO, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA – EPC, ILUMINAÇÃO NOTURNA PARA PROTEÇÃO DOS USUÁRIOS E FUNCIONÁRIOS.  
FICARÁ A CARGO DA CONTRATADA A VIGILÂNCIA E GUARDA DE TODAS AS ÁREAS DA OBRA, BEM COMO DE TODOS OS ACESSOS PROVISÓRIOS.
- 3.32 - OS QUANTITATIVOS APRESENTADOS NA PLANILHA DE SERVIÇOS E DE MATERIAIS DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA PODERÃO SOFRER VARIAÇÕES PARA MAIS OU PARA MENOS, A DEPENDER DA NECESSIDADE DA OBRA, SEM, CONTUDO ACARRETER QUALQUER ALTERAÇÃO NOS PREÇOS UNITÁRIOS CONTRATUAIS.
- 3.33 - TODO MANUSEIO DE MATERIAIS, FORNECIDOS PELA CONTRATADA NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CABERÁ, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE, À CONTRATADA SEM ÔNUS PARA CTB.
- 3.34 - A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR UM PLANO DE TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, OBJETO DO PRESENTE TERMO.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

ESTE PLANO DEVERÁ CONTER O PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS PRETENDIDOS PARA CADA ITEM DA PLANILHA, COMO: DIMENSIONAMENTO DO EFETIVO DO PESSOAL, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. APRESENTAR TAMBÉM UM PROCEDIMENTO DE TRABALHO, CONTENDO DETALHADAMENTE TODA METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 3.35 - A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR CRONOGRAMAS FÍSICO/FINANCEIRO PARA OS SERVIÇOS PROPOSTOS.
- 3.36 - A CONTRATADA NÃO PODERÁ, EM HIPÓTESE ALGUMA, MODIFICAR OS PREÇOS UNITÁRIOS OU AS CONDIÇÕES DE SUA PROPOSTA, SOB ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS, OBRAS E/OU CONDIÇÕES LOCAIS EXISTENTES OU, AINDA, DE QUALQUER FALHA NA OBTENÇÃO DE DADOS.  
OS SERVIÇOS EXECUTADOS A NOITE, NOS FINS DE SEMANAS E FERIADOS, NÃO DEVERÃO EM NENHUMA HIPÓTESE SER OBJETO DE MODIFICAÇÃO NOS PREÇOS UNITÁRIOS, BEM COMO MUDAR AS CONDIÇÕES DE SUA PROPOSTA.
- 3.37 - A CONTRATADA DEVERÁ TOMAR AS PRECAUÇÕES E CUIDADOS NO SENTIDO DE GARANTIR A INTEGRIDADE DAS CANALIZAÇÕES E REDES QUE POSSAM SER ATINGIDAS, AS ESTRUTURAS DAS ÁREAS INTERNAS E ADJACÊNCIAS, BEM COMO A SEGURANÇA DE OPERÁRIOS E TRANSEUNTES DURANTE A EXECUÇÃO DE TODAS AS ETAPAS DA OBRA.
- 3.38 - SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA TODOS TRANSPORTES VERTICAIS, HORIZONTAIS E RODOVIÁRIOS, MESMO EM VIA PÚBLICA, NECESSÁRIA AOS SERVIÇOS CONTRATADOS, SEM ÔNUS PARA CTB.
- 3.39 - SERVIÇOS NÃO ESPECIFICADOS OU EXECUTADOS EM QUANTIDADES SUPERIORES ÀS PREVISTAS SÓ SERÃO MEDIDOS SE PREVIAMENTE AUTORIZADO PELA CTB.
- 3.40 - A CONTRATADA, DEVERÁ APRESENTAR COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO (CPU) PARA QUAISQUER ITENS DA PLANILHA DE SERVIÇOS E MATERIAIS, CONFORME MODELO EM ANEXO.
- 3.41 - CABERÁ A CONTRATADA, SEM ÔNUS PARA CTB O FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE TODA A SINALIZAÇÃO RELATIVA A EXECUÇÃO DAS OBRAS, INCLUSIVE AQUELA REFERENTE A DESVIO DE TRÁFEGO. ESTAS DEVERÃO ESTAR EM CONSONÂNCIA ÀS EXIGÊNCIAS LOCAIS DE FORMA A ORIENTAR O TRÂNSITO DE VEÍCULOS NAS IMEDIAÇÕES DAS OBRAS.

#### **4. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

A SEGUIR É APRESENTADA A PRINCIPAL CARACTERÍSTICA DOS SERVIÇOS CONTRATADOS:

##### **4.1 SERVIÇOS DE REFORMA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, DA ESTAÇÃO DE TRENS DA CALÇADA.**

###### **4.1.1 DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

- 4.1.1.1** - RETIRADA DE DIVISÓRIAS;
- 4.1.1.2** – Remoção de forro em gesso;
- 4.1.1.3** - Demolição de argamassa;
- 4.1.1.4** – Demolição de rodapé;
- 4.1.1.5** - Demolição manual de contrapiso;
- 4.1.1.6** – Demolição de revestimento cerâmico;
- 4.1.1.7** - Remoção de piso em madeira;
- 4.1.1.8** – Remoção de pinturas em superfícies metálicas;
- 4.1.1.9** – Demolição de concreto armado;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- 4.1.1.10** – Remoção de vidro comum;
- 4.1.1.11** – Remoção de portas, de forma manual, sem reaproveitamento;
- 4.1.1.12** - Revestimento cerâmico para paredes, dimensões 20x20cm;
- 4.1.1.13** - Revestimento cerâmico para piso, dimensões 35x35cm;
- 4.1.1.14** - Pintura acrílica, duas demãos;
- 4.1.1.15** – Massa látex em parede, duas demãos;
- 4.1.1.16**– Massa látex em teto, duas demãos;
- 4.1.1.17** -Tratamento de alvenaria em tijolinho, com substituição dos mesmos, se necessário;
- 4.1.1.18** – Execução de estruturas de concreto armado;
- 4.1.1.19** - Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados;
- 4.1.1.20**- Chapisco argamassa traço 1:3;
- 4.1.1.21** - Verniz sintético em tijolo, duas demãos;
- 4.1.1.22** - Rodapé em madeira, com altura 7 cm;
- 4.1.1.23** - Emboco/massa única, traço 1:2:8.
- 4.1.1.24** - Laje pre-moldada, capeamento 3cm, concreto 15MPA
- 4.1.1.25** - Contrapiso em argamassa;
- 4.1.1.26** - Fundo anticorrosivo a base de óxido de ferro (zarcão), duas demãos;
- 4.1.1.27** - Pintura esmalte fosco, duas demãos, sobre superfície metálica;
- 4.1.1.28** – Porta de madeira para pintura, 90 x 210cm, espessura de 3,5cm, incluso acessórios;
- 4.1.1.29**-Impermeabilização com fibra de vidro, e= 3mm;
- 4.1.1.30** – Pintura com verniz poliuretano, 2 demãos;
- 4.1.1.31** – Soleira de mármore, largura 15cm, espessura 3cm;
- 4.1.1.32** – Forro em madeira, inclusive estrutura de fixação;
- 4.1.1.33** – Acabamento para forro (roda forro em madeira);
- 4.1.1.34** – Recuperação de esquadria de ferro, com substituição de peças, se necessário;
- 4.1.1.35** – Aplicação manual de fundo selador acrílico;
- 4.1.1.36** – Piso em madeira, espessura 2,5 cm;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- 4.1.1.37** – Pintura esmalte fosco em madeira, duas demãos;
- 4.1.1.38** – Pintura imunizante para madeira, duas demãos;
- 4.1.1.39** – Recuperação de grades em ferro, com substituição de peças, se necessário;
- 4.1.1.40** - Vidro fantasia martelado 4mm;
- 4.1.1.41** – Porta em madeira de lei, almofadada;
- 4.1.1.42** – Conjunto de ferragens para porta em madeira;
- 4.1.1.43**- Caixa 30 x 30 cm com registro e torneira;
- 4.1.1.44** - Registro de pressão, d= ¾”
- 4.1.1.45** - Tubulação pvc soldável, d=50mm, inclusive conexões;
- 4.1.1.46** - Tubulação pvc soldável, d= 100mm, inclusive conexões;
- 4.1.1.47** - Tubulação pvc soldável, d= 40mm, inclusive conexões;
- 4.1.1.48** - Ralo sifonado saída 50mm;
- 4.1.1.49** - Caixa de inspeção 60x60x60cm, com tampa T33;
- 4.1.1.50** – Caixa pvc 4” x 2”;
- 4.1.1.51** – Caixa octogonal pvc 3” x3”;
- 4.1.1.52**- Luva aço galvanizado 1”;
- 4.1.1.53** – Luva aço galvanizado 1 ¼”;
- 4.1.1.54** - Arruela lisa galvan. ¼”;
- 4.1.1.55** - Bucha nylon S6;
- 4.1.1.56** - Parafuso fenda galvanizado, 4,2 x 32 mm, autoatarrachante;
- 4.1.1.57**- Parafuso galvanizado cabeça lenticilha ¼” x 5/8”;
- 4.1.1.58** - Pino com rosca ¼” x 20mm;
- 4.1.1.59**- Pino com rosca ¼” x 30mm”;
- 4.1.1.60** - Porca sextavada galv.. ¼”;
- 4.1.1.61** - Prolongador sextavado ¼” x 50mm;
- 4.1.1.62** - Barra roscada ¼”;
- 4.1.1.63**- Canaleta pvc lisa 40x40mm, com tampa de encaixe;
- 4.1.1.64** - Interruptor paralelo (1 módulo), incluindo suporte e placa;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- 4.1.1.65** - Interruptor paralelo (2 módulos), incluindo suporte placa;
- 4.1.1.66** - Interruptor simples (1 módulo), incluindo suporte e placa;
- 4.1.1.67** - Placa para 1 função;
- 4.1.1.68** -Tomada hexagonal, 2P+T, 10A;
- 4.1.1.69**- Disjuntor termomagnético monopolar, 10 a 30A;
- 4.1.1.70** -Dispositivo de proteção contra surto 175 V – 40 KA;
- 4.1.1.71** -Disjuntor bipolar DR (fase/fase – In-30mA) – DIN,40A;
- 4.1.1.72** – Eletrocalha perfurado tipo U 100 x 75mm chapa 18, com tampa;
- 4.1.1.73** -Eletrocalha perfurada ripo U 100 X 50MM chapa 18, com tampa;
- 4.1.1.74** -Suporte vertical 120x146mm;
- 4.1.1.75**- Suporte vertical 120x175mm;
- 4.1.1.76** - Suporte vertical 70x81mm;
- 4.1.1.77**- Suporte vertical 95x114mm;
- 4.1.1.78**- Tala plana perfurada 25mm;
- 4.1.1.79** – Tala plana perfurada 50mm;
- 4.1.1.80**- Tala plana perfurada 75mm;
- 4.1.1.81**- Eletroduto pvc flexível 1 ½”;
- 4.1.1.82** -Luminária sobrepor LED tubular 2 x 40W;
- 4.1.1.83** -Soquete base E 27;
- 4.1.1.84** -Soquete base G 13;
- 4.1.1.85** -Lâmpada LED tubular comum – diam. 33 mm 40 W;
- 4.1.1.86**- Lâmpada LED spot de embutir no chão 70 W;
- 4.1.1.87**- Quadro distribuidor plástico embutir, barr. trif. cap. 34 disj. unip. 100 A;
- 4.1.1.88**- Disjuntor tripolar termomagnético (220 V/127 V) – DIN 10 A – 5KA;
- 4.1.1.89** -Luminária embutir p/ compacta longa com lâmpada fluorescente;
- 4.1.1.90** -Quadro distribuidor plástico - embutir, barr. trif. cap. 12 disj. unip. 100 A;
- 4.1.1.91**- Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- 4.1.1.92 - Cuba de embutir oval;
- 4.1.1.93 - Bancada de granito cinza polido, para lavatório;
- 4.1.1.94 - Kit de acessórios em metal cromado, 5 peças, incluso fixação;
- 4.1.1.95- Válvula para lavatório em metal cromado;
- 4.1.1.96 - Sifão cromado para lavatório;
- 4.1.1.97- Rabicho de metal cromado 40cm;
- 4.1.1.98 - Torneira cromada para lavatório;
- 4.1.1.99 – Caixa d'água em polietileno, 500 litros, com acessórios;
- 4.1.1.100– Barra de apoio lavatório em aço inox polido;
- 4.1.1.101– Barra de apoio reta em aço inox polido, comprimento 90 cm;
- 4.1.1.102– Assento para vaso sanitário;
- 4.1.1.103– Limpeza com escova de aço, em estruturas metálicas;
- 4.1.1.104- LIMPEZA FINAL DA OBRA.

#### 4.1.2 EQUIPAMENTOS / FERRAMENTAS

4.1.2.1 A CONTRATADA DEVERA FORNECER TODOS EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

#### 4.1.3 MATERIAIS

4.1.3.1 A CONTRATADA DEVERA FORNECER TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

#### 4.1.4 RECEBIMENTO DO SERVIÇO

- 4.1.4.1 APÓS A CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS, ESTES SERÃO VISTORIADOS ANTES DE SEREM RECEBIDOS PARCIALMENTE OU DEFINITIVAMENTE, CABENDO A CONTRATADA TOMAR TODAS AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA ESSAS VISTORIAS.
- 4.1.4.2 OS RECEBIMENTOS PARCIAIS SERÃO EFETUADOS APÓS A CONCLUSÃO DE CADA SERVIÇOS, CABENDO A CONTRATADA SOLICITAR, EM TEMPO HÁBIL, QUE A FISCALIZAÇÃO OS EFETUE. AS OBRAS CONSIDERADAS EM RECEBIMENTO FINAL SERÃO AQUELAS TOTALMENTE CONCLUÍDAS, TESTADAS E APROVADOS PELA FISCALIZAÇÃO.
- 4.1.4.3 TODOS OS DEFEITOS DETECTADOS SEJAM NOS RECEBIMENTOS PARCIAIS, SEJA NO DEFINITIVO, DEVERÃO SER CORRIGIDOS PELA CONTRATADA, IGUALMENTE SEM ÔNUS PARA A CTB, NUM PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS, A PARTIR DE SUA COMUNICAÇÃO.
- 4.1.4.4 AS OBRAS SOMENTE SERÃO CONSIDERADAS COMO CONCLUÍDAS, APÓS O SEU RECEBIMENTO DEFINITIVO E EMISSÃO DO RESPECTIVO TERMO DE RECEBIMENTO, POR UMA COMISSÃO A SER DESIGNADA PELA CTB.
- 4.1.4.5 UMA VEZ RECEBIDAS EM DEFINITIVO, A MANUTENÇÃO DAS OBRAS FICARÁ A CARGO DA CTB, RESSALVADA, ENTRETANTO, A INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA QUANTO A EVENTUAIS FALHAS EXECUTADAS NÃO DETECTADAS NA FASE DE CONSTRUÇÃO.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

## 5. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

5.1 - CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS SERÃO DE RESPONSABILIDADE TOTAL DA CONTRATADA, SEM PREJUÍZO DA OPERAÇÃO NORMAL DOS TRENS E PRESERVANDO A INTEGRIDADE FÍSICA DE FUNCIONÁRIOS E USUÁRIOS.

## 6. PLANO ESTRATÉGICO

A CONTRATADA, ANTES DO INÍCIO DO SERVIÇO, DEVERÁ APRESENTAR A CTB PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO UM PLANO ESTRATÉGICO, BEM COMO UM CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO PARA IMPLANTAÇÃO DAS DIVERSAS OBRAS. O INÍCIO DOS TRABALHOS FICARÁ CONDICIONADO A APRESENTAÇÃO PELA CONTRATADA E A APROVAÇÃO PELA CTB DESTES PLANOS.

O PLANEJAMENTO DEVERÁ CONSIDERAR E ASSEGURAR A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA CTB, ASSIM COMO MANUTENÇÃO COM SEGURANÇA DE TRÂNSITO DE PESSOAS E VEÍCULOS, DEVENDO SER COMPOSTO POR:

- CRONOGRAMA DETALHADO DE CADA ATIVIDADES;
- PLANO DE PASSAGEM PROVISÓRIA DOS PEDESTRES;
- LOCAIS DE TRAVESSIA PROVISÓRIAS E ESQUEMA DE SINALIZAÇÃO;
- OBRAS PROVISÓRIAS PARA MANUTENÇÃO;
- PLANTAS DE LOCAÇÃO DE TAPUMES E ESCORAMENTO;
- PLANO DE DEMOLIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES EXISTENTES.

## 7. FISCALIZAÇÃO, ACEITAÇÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS

A CTB, DIRETAMENTE E/OU ATRAVÉS DE ELEMENTOS CREDENCIADOS FISCALIZARÁ TODO O PROCESSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DESDE O INÍCIO ATÉ O TÉRMINO DOS MESMOS, TENDO PARA TANTO LIVRE ACESSO A QUALQUER DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A ESTES SERVIÇOS, ÀS INSTALAÇÕES DA CONTRATADA OU A QUALQUER OUTRA PARTE DA OBRA.

A FISCALIZAÇÃO DA CTB RESERVA-SE O DIREITO DE PEDIR O AFASTAMENTO IMEDIATO DE QUALQUER COMPONENTE DA EQUIPE DA CONTRATADA QUE, EM SUA OPINIÃO, ESTEJA PREJUDICANDO O BOM ANDAMENTO DO SERVIÇO.

A ACEITAÇÃO FINAL DOS SERVIÇOS SOMENTE SERÁ CONCRETIZADA APÓS TODOS OS REPAROS E CORREÇÕES NECESSÁRIAS EXIGIDOS PELA FISCALIZAÇÃO.

O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO CONTRATO SÓ SERÁ EMITIDO APÓS A ACEITAÇÃO FINAL DOS SERVIÇOS REALIZADOS PELA CONTRATADA.

A APROVAÇÃO PELA FISCALIZAÇÃO DE QUALQUER MATERIAL OU PROCESSO CONSTRUTIVO NÃO EXIME A CONTRATADA DE SUA TOTAL RESPONSABILIDADE SOBRE OS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS OBJETOS DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA.

A CONTRATADA DEVERÁ GARANTIR OS SERVIÇOS EXECUTADOS DURANTE O PRAZO DE 5 (CINCO) ANOS.

## 8. PRAZO DE EXECUÇÃO

O PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA SERÁ DE 03 (TRÊS) MESES CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DA PRIMEIRA ORDEM DE SERVIÇO.

## 9. VISITA TÉCNICA

O LICITANTE DEVERÁ EFETUAR VISITA TÉCNICA AO LOCAL DA OBRA, PARA TOMAR CONHECIMENTO DAS DIFICULDADES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DEVENDO ESTA VISITA SER EXECUTADA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA E SER PREVIAMENTE AGENDADA JUNTO À CTB, TEL. (71) 3612-1215 OU (71) 99222-0797, ENG. SINARA RIBEIRO.

A NÃO APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE VISTA QUANDO DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DESCLASSIFICARÁ A LICITANTE.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

**10. Garantia Técnica:**

(X ) **10.1** O prazo legal de garantia técnica será de **30 (trinta) dias**, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis, e de **90 (noventa) dias**, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis (art. 26, I e II do CDC).

**10.2** O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada, em que consiste, a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada, bem como os ônus a cargo do Contratante, devendo ser entregue devidamente preenchido, pela Contratada, no ato do fornecimento, acompanhada de manual de instrução e, quando for o caso, do manual de instalação e uso do produto, em linguagem didática, com ilustrações (art. 50, parágrafo único, do CDC).



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

**SEÇÃO III**  
**ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA**

Para efeito do art. 81, II, da Lei estadual nº 9.433/05, o orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários é de:

REFORMA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS ESTAÇÃO DE TRENS DA CALÇADA					
Item	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
<b>1.0</b>	<b>Demolições / Retiradas</b>				
1.1	Retirada de divisórias	m <sup>2</sup>	20,00	R\$ 23,10	R\$ 462,00
1.2	Remoção de forro de gesso	m <sup>2</sup>	20,00	R\$ 3,17	R\$ 63,40
1.3	Demolição de argamassa	m <sup>2</sup>	790,00	R\$ 2,17	R\$ 1.714,30
1.4	Demolição de rodapé	m	40,00	R\$ 1,65	R\$ 66,00
1.5	Demolição manual de contrapiso	m <sup>2</sup>	110,00	R\$ 17,32	R\$ 1.905,20
1.6	Demolição de revestimento ceramico	m <sup>2</sup>	270,00	R\$ 14,47	R\$ 3.906,90
1.7	Remoção de piso de madeira	m <sup>2</sup>	40,00	R\$ 16,21	R\$ 648,40
1.8	Remoção de pinturas em superficies metálicas	m <sup>2</sup>	250,00	R\$ 8,69	R\$ 2.172,50
1.9	Demolição em concreto armado	m <sup>3</sup>	3,00	R\$ 375,73	R\$ 1.127,19
1.10	Remoção de vidro comum	m <sup>2</sup>	50,00	R\$ 11,48	R\$ 574,00
1.11	Remoção de portas, de forma manual, sem reaproveitamento	m <sup>2</sup>	10,00	R\$ 6,09	R\$ 60,90
	Subtotal				<b>R\$ 12.700,79</b>
<b>2.0</b>	<b>Serviços</b>				
2.1	Revestimento cerâmico para paredes, dimensões 20x20cm	m <sup>2</sup>	50,00	R\$ 39,41	R\$ 1.970,50
2.2	Revestimento cerâmico para piso, dimensões 35x35cm	m <sup>2</sup>	180,00	R\$ 29,20	R\$ 5.256,00
2.3	Pintura acrílica, duas demãos	m <sup>2</sup>	2000,00	R\$ 9,21	R\$ 18.420,00
2.4	Massa látex em parede, duas demãos	m <sup>2</sup>	1200,00	R\$ 10,07	R\$ 12.084,00
2.5	Massa látex em teto, duas demãos	m <sup>2</sup>	800,00	R\$ 18,89	R\$ 15.112,00
2.6	Tratamento de alvenaria em tijolinho, com substituição dos mesmos, se necessário	m <sup>2</sup>	790,00	R\$ 26,45	R\$ 20.895,50
2.7	Execução de estruturas de concreto armado	m <sup>3</sup>	3,00	R\$ 1.888,96	R\$ 5.666,88
2.8	Alvenaria de vedação de blocos ceramicos furados	m <sup>2</sup>	20,00	R\$ 32,95	R\$ 659,00
2.9	Chapisco, argamassa traço 1:3	m <sup>2</sup>	20,00	R\$ 3,25	R\$ 65,00
2.10	Verniz sintético em tijolo, duas demãos	m <sup>2</sup>	790,00	R\$ 10,01	R\$ 7.907,90
2.11	Rodapé em madeira, com altura 7 cm	m	180,00	R\$ 14,03	R\$ 2.525,40
2.12	Emboco/massa única, traco 1: 2 :8	m <sup>2</sup>	600,00	R\$ 28,18	R\$ 16.908,00
2.13	Laje pre-moldada, capeamento 3cm, concreto 15MPA	m <sup>2</sup>	20,00	R\$ 89,63	R\$ 1.792,60
2.14	Contrapiso em argamassa	m <sup>2</sup>	110,00	R\$ 102,76	R\$ 11.303,60
2.15	Fundo anticorrosivo a base de óxido de ferro (zarcão), duas demãos	m <sup>2</sup>	330,00	R\$ 17,41	R\$ 5.745,30
2.16	Pintura esmalte fosco, duas demãos, sobre superficie metálica	m <sup>2</sup>	330,00	R\$ 22,33	R\$ 7.368,90
2.17	Porta de madeira para pintura, 90x 210cm, espessura de 3,5 cm, incluso acessórios	unid.	2,00	R\$ 704,66	R\$ 1.409,32
2.18	Impermeabilização com fibra de vidro	m	750,00	R\$ 91,00	R\$ 68.250,00
2.19	Pintura com verniz poliuretano, 2 demãos	m <sup>2</sup>	320,00	R\$ 15,60	R\$ 4.992,00
2.20	Soleira de marmore, largura 15cm, espessura 3cm	m	45,00	R\$ 45,85	R\$ 2.063,25
2.21	Forro em madeira, inclusive estrutura de fixação	m <sup>2</sup>	500,00	R\$ 86,50	R\$ 43.250,00



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

2.22	Acabamento para forro (roda forro em madeira)	m	200,00	R\$ 18,12	R\$ 3.624,00
2.23	Recuperação de esquadria de ferro, com substituição de peças, se necessário	m <sup>2</sup>	50,00	R\$ 321,95	R\$ 16.097,50
2.24	Aplicação manual de fundo selador acrílico	m <sup>2</sup>	790,00	R\$ 3,43	R\$ 2.709,70
2.25	Piso em madeira, espessura 2,5 cm	m <sup>2</sup>	220,00	R\$ 127,06	R\$ 27.953,20
2.26	Pintura esmalte fosco em madeira, duas demãos	m <sup>2</sup>	4,16	R\$ 13,65	R\$ 56,78
2.27	Pintura imunizante para madeira, duas demãos	m <sup>2</sup>	4,16	R\$ 16,60	R\$ 69,06
2.28	Recuperação de grades em ferro, com substituição de peças, se necessário	m <sup>2</sup>	330,00	R\$ 56,21	R\$ 18.549,30
2.29	Vidro fantasia martelado 4mm	m <sup>2</sup>	50,00	R\$ 122,67	R\$ 6.133,50
2.30	Porta em madeira de lei almofadada	m <sup>2</sup>	10,00	R\$ 253,36	R\$ 2.533,60
2.31	Conjunto de ferragens para porta em madeira	cj.	2,00	R\$ 478,75	R\$ 957,50
	Subtotal				<b>R\$ 332.329,29</b>
<b>3.0</b>	<b>Instalações hidro-sanitárias e elétricas</b>				
3.1	Hidro-sanitárias				
3.1.1	<b>Água fria</b>				
3.1.2	Caixa 30 x 30 cm com registro e torneira	unid.	2,00	R\$ 206,14	R\$ 412,28
3.1.3	Registro de pressão, d= 3/4"	unid.	2,00	R\$ 27,57	R\$ 55,14
3.1.4	Tubulação pvc soldável, d=50mm, inclusive conexões	m	30,00	R\$ 68,48	R\$ 2.054,40
3.2	<b>Esgoto e água pluviais</b>				
3.2.1	Tubulação pvc soldável, d= 100mm, inclusive conexões	m	30,00	R\$ 132,70	R\$ 3.981,00
3.2.2	Tubulação pvc soldável, d= 40mm, inclusive conexões	m	30,00	R\$ 35,81	R\$ 1.074,30
3.2.3	Ralo sifonado saída 50mm	unid.	2,00	R\$ 8,33	R\$ 16,66
3.2.4	Caixa de inspeção 60x60x60 cm com tampa T33	unid.	4,00	R\$ 250,50	R\$ 1.002,00
3.3	<b>Elétricas</b>				
3.3.1	Caixa pvc 4" x 2"	unid.	17,00	R\$ 9,54	R\$ 162,18
3.3.2	Caixa pvc octogonal 3"x 3"	unid.	76,00	R\$ 7,80	R\$ 592,80
3.3.3	Luva aço galvanizado, 1"	unid.	15,00	R\$ 8,27	R\$ 124,05
3.3.4	Luva aço galvanizado, 1 1/4"	unid.	9,00	R\$ 8,12	R\$ 73,08
3.3.5	Arruela lisa galvan. 1/4"	unid.	1071,00	R\$ 0,35	R\$ 374,85
3.3.6	Bucha de nylon S6	unid.	193,00	R\$ 0,08	R\$ 15,44
3.3.7	Parafuso fenda galvanizado, 4,2 x 32 mm, autoatarrachante	unid.	193,00	R\$ 0,10	R\$ 19,30
3.3.8	Parafuso galvan. Cabeça lenticilha 1/4" x 5/8"	unid.	592,00	R\$ 2,84	R\$ 1.681,28
3.3.9	Pino com rosca 1/4" x 20mm	unid.	182,00	R\$ 35,31	R\$ 6.426,42
3.3.10	Pino com rosca 1/4" x 30mm	unid.	57,00	R\$ 43,80	R\$ 2.496,60
3.3.11	Porca sextavada galv. 1/4"	unid.	479,00	R\$ 0,75	R\$ 359,25
3.3.12	Prolongador sextavado 1/4" x 50mm	unid.	239,00	R\$ 5,70	R\$ 1.362,30
3.3.13	Barra roscada 1/4"	unid.	239,00	R\$ 39,88	R\$ 9.531,32
3.3.14	Canaleta pvc lisa 40x40mm, com tampa de encaixe	m	87,60	R\$ 28,88	R\$ 2.529,89
3.3.15	Interruptor paralelo (1 módulo), incluindo suporte e placa	unid.	2,00	R\$ 24,30	R\$ 48,60
3.3.16	Interruptor paralelo (2 módulos), incluindo suporte e placa	unid.	1,00	R\$ 40,40	R\$ 40,40
3.3.17	Interruptor simples ( 1 módulo), incluindo suporte e placa	unid.	5,00	R\$ 34,83	R\$ 174,15
3.3.18	Placa para 1 função	unid.	9,00	R\$ 22,63	R\$ 203,67
3.3.19	Tomada hexagonal, 2P+T 10A	unid.	9,00	R\$ 12,41	R\$ 111,69
3.3.20	Disjuntor termomagnético monopolar, 10 a 30A	unid.	20,00	R\$ 13,14	R\$ 262,80
3.3.21	Dispositivo de proteção contra surto 175V - 40 KA	unid.	8,00	R\$ 107,51	R\$ 860,08
3.3.22	Disjuntor bipolar DR (fase/fase - In 30mA) - DIN, 40A	unid.	2,00	R\$ 109,67	R\$ 219,34
3.3.23	Eletrocalha perfurada tipo U 100X75mm chapa 18, com tampa	m	91,20	R\$ 49,94	R\$ 4.554,53



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

3.3.24	Eletrocalha perfurada tipo U 100X50mm chapa 18, com tampa	m	306,50	R\$ 27,93	R\$ 8.560,55
3.3.25	Suporte vertical 120x146mm	unid.	9,00	R\$ 9,51	R\$ 85,59
3.3.26	Suporte vertical 120x175mm	unid.	48,00	R\$ 12,28	R\$ 589,44
3.3.27	Suporte vertical 70x81mm	unid.	148,00	R\$ 7,21	R\$ 1.067,08
3.3.28	Suporte vertical 95x114mm	unid.	34,00	R\$ 7,58	R\$ 257,72
3.3.29	Tala plana perfurada 25mm	unid.	90,00	R\$ 6,58	R\$ 592,20
3.3.30	Tala plana perfurada 50mm	unid.	16,00	R\$ 6,58	R\$ 105,28
3.3.31	Tala plana perfurada 75mm	unid.	42,00	R\$ 7,26	R\$ 304,92
3.3.32	Eletroduto pvc flexível 1 1/2"	m	87,30	R\$ 9,25	R\$ 807,53
3.3.33	Luminária sobrepor LED tubular, 2x40 W	unid.	48,00	R\$ 98,15	R\$ 4.711,20
3.3.34	Soquete base E 27	unid.	22,00	R\$ 8,02	R\$ 176,44
3.3.35	Soquete base G 13	unid.	192,00	R\$ 1,86	R\$ 357,12
3.3.36	Lâmpada LED tubular comum - diam. 33mm, 40 W	unid.	96,00	R\$ 37,19	R\$ 3.570,24
3.3.37	Lâmpada LED spot de embutir no chão 70 W	unid.	22,00	R\$ 70,48	R\$ 1.550,56
3.3.38	Quadro distrib. Plástico - embutir, barr. Trif., cap. 34 disj. Unip. 100 A	unid.	1,00	R\$ 761,63	R\$ 761,63
3.3.39	Disjuntor tripolar termomagnético (220 V/127V) - DIN 10 A - 5 KA	unid.	1,00	R\$ 68,49	R\$ 68,49
3.3.40	Luminária embutir p/ compacta longa com lâmpada fluorescente	unid.	28,00	R\$ 184,94	R\$ 5.178,32
3.3.41	Quadro distrib. Plástico - embutir, barr. Trif., cap. 12 disj. Unip. 100 A	unid.	1,00	R\$ 259,19	R\$ 259,19
3.3.42	Subtotal				<b>R\$ 69.823,30</b>
<b>4.0</b>	<b>Louças e metais</b>				
4.1	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada	unid.	2,00	R\$ 373,94	R\$ 747,88
4.2	Cuba de embutir oval	unid.	2,00	R\$ 107,14	R\$ 214,25
4.3	Bancada de granito cinza polido, para lavatório	unid.	2,00	R\$ 233,94	R\$ 467,88
4.4	Kit de acessórios em metal cromado, 5 peças, incluso fixação	unid.	2,00	R\$ 78,32	R\$ 156,64
4.5	Válvula para lavatório em metal cromado	unid.	2,00	R\$ 22,89	R\$ 45,78
4.6	Sifão cromado para lavatório	unid.	2,00	R\$ 100,89	R\$ 201,78
4.7	Rabicho de metal cromado 40cm	unid.	2,00	R\$ 27,30	R\$ 54,60
4.8	Torneira cromada para lavatório	unid.	2,00	R\$ 44,06	R\$ 88,12
4.9	Caixa d'água em polietileno, 500 litros, com acessórios	unid.	2,00	R\$ 522,71	R\$ 1.045,42
4.10	Barra de apoio lavatório em aco inox polido	unid.	2,00	R\$ 417,38	R\$ 834,76
4.11	Barra de apoio reta, em aco inox polido, comprimento 90cm	unid.	4,00	R\$ 229,90	R\$ 919,60
4.12	Assento para vaso sanitário	unid.	2,00	R\$ 213,50	R\$ 427,00
	Subtotal				<b>R\$ 5.203,71</b>
<b>5.0</b>	<b>Serviços Complementares</b>				
5.1	Limpeza com escova de aço, em estruturas metálicas	m²	330,00	R\$ 8,52	R\$ 2.811,60
5.2	Limpeza final da obra	m²	1000,00	R\$ 2,11	R\$ 2.110,00
	Subtotal				<b>R\$ 4.921,60</b>
	<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 424.978,69</b>



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

**SEÇÃO IV**  
**MODELO DE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA**

**1. Modelo de descrição da proposta de preços**

REFORMA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS						
ESTAÇÃO DE TRENS DA CALÇADA						
Item	SINAPI/CPU	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
<b>1.0</b>	<b>ORSE/ORÇAMETOS</b>	<b>Demolições / Retiradas</b>				
1.1	72178	Retirada de divisórias	m <sup>2</sup>	20,00		
1.2	97641	Remoção de forro de gesso	m <sup>2</sup>	20,00		
1.3	97631	Demolição de argamassa	m <sup>2</sup>	790,00		
1.4	97632	Demolição de rodapé	m	40,00		
1.5	00016/ORSE	Demolição manual de contrapiso	m <sup>2</sup>	110,00		
1.6	97633	Demolição de revestimento ceramico	m <sup>2</sup>	270,00		
1.7	97643	Remoção de piso de madeira	m <sup>2</sup>	40,00		
1.8	08040/ORSE	Remoção de pinturas em superfícies metálicas	m <sup>2</sup>	250,00		
1.9	97626	Demolição em concreto armado	m <sup>3</sup>	3,00		
1.10	85421	Remoção de vidro comum	m <sup>2</sup>	50,00		
1.11	97644	Remoção de portas, de forma manual, sem reaproveitamento	m <sup>2</sup>	10,00		
		Subtotal				
<b>2.0</b>		<b>Serviços</b>				
2.1	87264	Revestimento cerâmico para paredes, dimensões 20x20cm	m <sup>2</sup>	50,00		
2.2	87248	Revestimento cerâmico para piso, dimensões 35x35cm	m <sup>2</sup>	180,00		
2.3	88489	Pintura acrílica, duas demãos	m <sup>2</sup>	2000,00		
2.4	88497	Massa látex em parede, duas demãos	m <sup>2</sup>	1200,00		
2.5	88496	Massa látex em teto, duas demãos	m <sup>2</sup>	800,00		
2.6	C.1.1	Tratamento de alvenaria em tijolinho, com substituição dos mesmos, se necessário	m <sup>2</sup>	790,00		
2.7	95957	Execução de estruturas de concreto armado	m <sup>3</sup>	3,00		
2.8	87477	Alvenaria de vedação de blocos ceramicos furados	m <sup>2</sup>	20,00		
2.9	87878	Chapisco, argamassa traço 1:3	m <sup>2</sup>	20,00		
2.10	84677	Verniz sintético em tijolo, duas demãos	m <sup>2</sup>	790,00		
2.11	73886/001	Rodapé em madeira, com altura 7 cm	m	180,00		
2.12	89173	Emboco/massa única, traço 1: 2 :8	m <sup>2</sup>	600,00		
2.13	74141/003	Laje pre-moldada, capeamento 3cm, concreto 15MPA	m <sup>2</sup>	20,00		
2.14	87644	Contrapiso em argamassa	m <sup>2</sup>	110,00		
2.15	74064/001	Fundo anticorrosivo a base de óxido de ferro (zarcão), duas demãos	m <sup>2</sup>	330,00		
2.16	73924/003	Pintura esmalte fosco, duas demãos, sobre superfície metálica	m <sup>2</sup>	330,00		
2.17	90844	Porta de madeira para pintura, 90x 210cm, espessura de 3,5 cm, incluso acessórios	unid.	2,00		
2.18	ORÇAMENTO	Impermeabilização com fibra de vidro	m	750,00		
2.19	79466	Pintura com verniz poliuretano, 2 demãos	m <sup>2</sup>	320,00		
2.20	84161	Soleira de marmore, largura 15cm, espessura 3cm	m	45,00		
2.21	96117	Forro em madeira, inclusive estrutura de fixação	m <sup>2</sup>	500,00		
2.22	96122	Acabamento para forro (roda forro em madeira)	m	200,00		
2.23	ORÇAMENTO	Recuperação de esquadria de ferro, com substituição de peças, se necessário	m <sup>2</sup>	50,00		
2.24	88414	Aplicação manual de fundo selador acrilico	m <sup>2</sup>	790,00		
2.25	73655	Piso em madeira, espessura 2,5 cm	m <sup>2</sup>	220,00		
2.26	84659	Pintura esmalte fosco em madeira, duas demãos	m <sup>2</sup>	4,16		
2.27	84679	Pintura imunizante para madeira, duas demãos	m <sup>2</sup>	4,16		
2.28	C.1.13	Recuperação de grades em ferro, com substituição de peças, se necessário	m <sup>2</sup>	330,00		
2.29	85004/SINAPI	Vidro fantasia martelado 4mm	m <sup>2</sup>	50,00		
2.30	08709/ORSE	Porta em madeira de lei almofadada	m <sup>2</sup>	10,00		
2.31	11602/ORSE	Conjunto de ferragens para porta em madeira	cj.	2,00		
		Subtotal				



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

<b>3.0</b>		<b>Instalações hidro-sanitárias e elétricas</b>				
3.1		Hidro-sanitárias				
3.1.1		<b>Água fria</b>				
3.1.2	C.1.3	Caixa 30 x 30 cm com registro e torneira	unid.	2,00		
3.1.3	89351	Registro de pressão, d= 3/4"	unid.	2,00		
3.1.4	C.1.4	Tubulação pvc soldável, d=50mm, inclusive conexões	m	30,00		
3.2		<b>Esgoto e água pluviais</b>				
3.2.1	C.1.5	Tubulação pvc soldável, d= 100mm, inclusive conexões	m	30,00		
3.2.2	C.1.6	Tubulação pvc soldável, d= 40mm, inclusive conexões	m	30,00		
3.2.3	89709	Ralo sifonado saída 50mm	unid.	2,00		
3.2.4	74166/001	Caixa de inspeção 60x60x60 cm com tampa T33	unid.	4,00		
3.3		<b>Elétricas</b>				
3.3.1	10793/ORSE	Caixa pvc 4" x 2"	unid.	17,00		
3.3.2	91937	Caixa pvc octogonal 3"x 3"	unid.	76,00		
3.3.3	95758	Luva aço galvanizado, 1"	unid.	15,00		
3.3.4	95755	Luva aço galvanizado, 1 1/4"	unid.	9,00		
3.3.5	09816/ORSE	Arruela lisa galvan. 1/4"	unid.	1071,00		
3.3.6	10093/ORSE	Bucha de nylon S6	unid.	193,00		
3.3.7	10092/ORSE	Parafuso fenda galvanizado, 4,2 x 32 mm, autoatarrachante	unid.	193,00		
3.3.8	08351/ORSE	Parafuso galvan. Cabeça lenticilha 1/4" x 5/8"	unid.	592,00		
3.3.9	C.1.20	Pino com rosca 1/4" x 20mm	unid.	182,00		
3.3.10	C.1.21	Pino com rosca 1/4" x 30mm	unid.	57,00		
3.3.11	C.1.17	Porca sextavada galv. 1/4"	unid.	479,00		
3.3.12	C.1.18	Prolongador sextavado 1/4" x 50mm	unid.	239,00		
3.3.13	09817/ORSE	Barra roscada 1/4"	unid.	239,00		
3.3.14	08358/ORSE	Canaleta pvc lisa 40x40mm, com tampa de encaixe	m	87,60		
3.3.15	91955	Interruptor paralelo (1 módulo), incluindo suporte e placa	unid.	2,00		
3.3.16	91961	Interruptor paralelo (2 módulos), incluindo suporte e placa	unid.	1,00		
3.3.17	92023	Interruptor simples ( 1 módulo), incluindo suporte e placa	unid.	5,00		
3.3.18	037291/ORSE	Placa para 1 função	unid.	9,00		
3.3.19	91998	Tomada hexagonal, 2P+T 10A	unid.	9,00		
3.3.20	74130/001	Disjuntor termomagnético monopolar, 10 a 30A	unid.	20,00		
3.3.21	8894/ORSE	Dispositivo de proteção contra surto 175V - 40 KA	unid.	8,00		
3.3.22	08077/ORSE	Disjuntor bipolar DR (fase/fase - In 30mA) - DIN, 40A	unid.	2,00		
3.3.23	08360/ORSE	Eletrocalha perfurada tipo U 100X75mm chapa 18, com tampa	m	91,20		
3.3.24	08359/ORSE	Eletrocalha perfurada tipo U 100X50mm chapa 18, com tampa	m	306,50		
3.3.25	08685/ORSE	Suporte vertical 120x146mm	unid.	9,00		
3.3.26	C.1.19	Suporte vertical 120x175mm	unid.	48,00		
3.3.27	07881/ORSE	Suporte vertical 70x81mm	unid.	148,00		
3.3.28	08697/ORSE	Suporte vertical 95x114mm	unid.	34,00		
3.3.29	09539/ORSE	Tala plana perfurada 25mm	unid.	90,00		
3.3.30	09524/ORSE	Tala plana perfurada 50mm	unid.	16,00		
3.3.31	09519/ORSE	Tala plana perfurada 75mm	unid.	42,00		
3.3.32	C.1.22	Eletroduto pvc flexível 1 1/2"	m	87,30		
3.3.33	03954/ORSE	Luminária sobrepor LED tubular, 2x40 W	unid.	48,00		
3.3.34	08662/ORSE	Soquete base E 27	unid.	22,00		
3.3.35	COMPASNET	Soquete base G 13	unid.	192,00		
3.3.36	C.1.10	Lâmpada LED tubular comum - diam. 33mm, 40 W	unid.	96,00		
3.3.37	C.1.11	Lâmpada LED spot de embutir no chão 70 W	unid.	22,00		
3.3.38	07367/ORSE	Quadro distrib. Plástico - embutir, barr. Trif., cap. 34 disj. Unip. 100 A	unid.	1,00		
3.3.39	08326/ORSE	Disjuntor tripolar termomagnético (220 V/127V) - DIN 10 A - 5 KA	unid.	1,00		
3.3.40	10005/ORSE	Luminária embutir p/ compacta longa com lâmpada fluorescente	unid.	28,00		
3.3.41	09971/ORSE	Quadro distrib. Plástico - embutir, barr. Trif., cap. 12 disj. Unip. 100 A	unid.	1,00		
3.3.42		Subtotal				



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

4.0		Louças e metais				
4.1	86932	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada	unid.	2,00		
4.2	86901	Cuba de embutir oval	unid.	2,00		
4.3	86895	Bancada de granito cinza polido, para lavatório	unid.	2,00		
4.4	95546	Kit de acessórios em metal cromado, 5 peças, incluso fixação	unid.	2,00		
4.5	86877	Válvula para lavatório em metal cromado	unid.	2,00		
4.6	86881	Sifão cromado para lavatório	unid.	2,00		
4.7	86887	Rabicho de metal cromado 40cm	unid.	2,00		
4.8	86906	Torneira cromada para lavatório	unid.	2,00		
4.9	88504	Caixa d'água em polietileno, 500 litros, com acessórios	unid.	2,00		
4.10	C.1.7	Barra de apoio lavatório em aço inox polido	unid.	2,00		
4.11	C.1.8	Barra de apoio reta, em aço inox polido, comprimento 90cm	unid.	4,00		
4.12	C.1.9	Assento para vaso sanitário	unid.	2,00		
		Subtotal				
5.0		Serviços Complementares				
5.1	C.1.12	Limpeza com escova de aço, em estruturas metálicas	m <sup>2</sup>	330,00		
5.2	9537	Limpeza final da obra	m <sup>2</sup>	1000,00		
		Subtotal				
		TOTAL				

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ( ) DIAS [≥60]

Valor por extenso ( ...)

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

**2. Cronograma Físico - Financeiro**

Reforma nas Instalações Físicas
ESTAÇÃO DE TRENS DA CALÇADA

Item	DESCRIÇÃO	UNID	TOTAL	MESES		
				1º	2º	3º
<b>1.0</b>	<b>Demolições / Retiradas</b>					
1.1	Retirada de divisórias	m <sup>2</sup>	20,00	20,00	0,00	0,00
		R\$	R\$ 462,00	462,00	0,00	0,00
		%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
1.2	Remoção de forro de gesso	m <sup>2</sup>	20,00	20,00	0,00	0,00
		R\$	R\$ 63,40	63,40	0,00	0,00
		%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
1.3	Demolição de argamassa	m <sup>2</sup>	790,00	790,00	0,00	0,00
		R\$	R\$ 1.714,30	1.714,30	0,00	0,00
		%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
1.4	Demolição de rodapé	m	40,00	40,00	0,00	0,00
		R\$	R\$ 66,00	66,00	0,00	0,00
		%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
1.5	Demolição manual de contrapiso	m <sup>2</sup>	110,00	110,00	0,00	0,00
		R\$	R\$ 1.905,20	1.905,20	0,00	0,00
		%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
1.6	Demolição de revestimento cerâmico	m <sup>2</sup>	270,00	270,00	0,00	0,00
		R\$	R\$ 3.906,90	3.906,90	0,00	0,00
		%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
1.7	Remoção de piso em madeira	m <sup>2</sup>	40,00	40,00	0,00	0,00
		R\$	R\$ 648,40	648,40	0,00	0,00
		%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
1.8	Remoção de pinturas em superfícies metálicas	m <sup>2</sup>	250,00	250,00	0,00	0,00
		R\$	R\$ 2.172,50	2.172,50	0,00	0,00
		%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
1.9	Demolição de concreto armado	m <sup>3</sup>	3,00	3,00	0,00	0,00
		R\$	R\$ 1.127,19	1.127,19	0,00	0,00
		%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
1.10	Remoção de vidro comum	m <sup>2</sup>	50,00	50,00	0,00	0,00
		R\$	R\$ 574,00	574,00	0,00	0,00
		%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
1.11	Remoção de portas, de forma manual sem reaproveitamento	m <sup>2</sup>	10,00	10,00	0,00	0,00
		R\$	R\$ 60,90	60,90	0,00	0,00
		%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

2.0	Serviços					
2.1	Revestimento cerâmico para paredes, dimensões 20x20cm	m <sup>2</sup>	50,00	10,00	40,00	0,00
		R\$	R\$ 1.970,50	394,10	1.576,40	0,00
		%	100,0%	20,0%	80,0%	0,0%
2.2	Revestimento cerâmico para piso, dimensões 35 x 35cm	m <sup>2</sup>	180,00	36,00	144,00	0,00
		R\$	R\$ 5.256,00	1.051,20	4.204,80	0,00
		%	100,0%	20,0%	80,0%	0,0%
2.3	Pintura acrílica, duas demãos	m <sup>2</sup>	2000,00	0,00	600,00	1.400,00
		R\$	R\$ 18.420,00	0,00	5.526,00	12.894,00
		%	100,0%	0,0%	30,0%	70,0%
2.4	Massa látex em parede, duas demãos	m <sup>2</sup>	1200,00	360,00	840,00	0,00
		R\$	R\$ 12.084,00	3.625,20	8.458,80	0,00
		%	100,0%	30,0%	70,0%	0,0%
2.5	Massa látex em teto, duas demãos	m <sup>2</sup>	800,00	240,00	560,00	0,00
		R\$	R\$ 15.112,00	4.533,60	10.578,40	0,00
		%	100,0%	30,0%	70,0%	0,0%
2.6	Tratamento de alvenaria em tijolinho, com substituição dos mesmos, se necessário	m <sup>2</sup>	790,00	158,00	632,00	0,00
		R\$	R\$ 20.895,50	4.179,10	16.716,40	0,00
		%	100,0%	20,0%	80,0%	0,0%
2.7	Execução de estruturas em concreto armado	m <sup>3</sup>	3,00	0,60	2,40	0,00
		R\$	R\$ 5.666,88	1.133,38	4.533,50	0,00
		%	100,0%	20,0%	80,0%	0,0%
2.8	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados	m <sup>2</sup>	20,00	4,00	16,00	0,00
		R\$	R\$ 659,00	131,80	527,20	0,00
		%	100,0%	20,0%	80,0%	0,0%
2.9	Chapisco, argamassa traço 1:3	m <sup>2</sup>	20,00	4,00	16,00	0,00
		R\$	R\$ 65,00	13,00	52,00	0,00
		%	100,0%	20,0%	80,0%	0,0%
2.10	Verniz sintético em tijolinho, duas demãos	m <sup>2</sup>	790,00	0,00	395,00	395,00
		R\$	R\$ 7.907,90	0,00	3.953,95	3.953,95
		%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
2.11	Rodapé em madeira, com altura 7cm	m	180,00	0,00	90,00	90,00
		R\$	R\$ 2.525,40	0,00	1.262,70	1.262,70
		%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
2.12	Emboco / massa única traço 1:2:8	m	600,00	240,00	360,00	0,00
		R\$	R\$ 16.908,00	6.763,20	10.144,80	0,00
		%	100,0%	40,0%	60,0%	0,0%
2.13	Laje pre-moldada, capeamento 3cm, concreto 15Mpa	m <sup>2</sup>	20,00	0,00	20,00	0,00
		R\$	R\$ 1.792,60	0,00	1.792,60	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
2.14	Contrapiso em argamassa	m <sup>2</sup>	110,00	55,00	55,00	0,00
		R\$	R\$ 11.303,60	5.651,80	5.651,80	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
2.15	Fundo anticorrosivo a base de óxido de ferro (zarção), duas demãos	m <sup>2</sup>	330,00	0,00	165,00	165,00
		R\$	R\$ 5.745,30	0,00	2.872,65	2.872,65
		%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
2.16	Pintura esmalte fosco, duas demãos, sobre superfície metálica	m <sup>2</sup>	330,00	0,00	165,00	165,00
		R\$	R\$ 7.368,90	0,00	3.684,45	3.684,45
		%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
2.17	Porta em madeira para pintura, 90 x 210cm, espessura de 3,5 cm, incluso acessórios	unid	2,00	0,00	2,00	0,00
		R\$	R\$ 1.409,32	0,00	1.409,32	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

2.18	Impermeabilização com fibra de vidro	m	750,00	600,00	150,00	0,00
		R\$	R\$ 68.250,00	54.600,00	13.650,00	0,00
		%	100,0%	80,0%	20,0%	0,0%
2.19	Pintura com verniz poliuretano, 2 demãos	m <sup>2</sup>	320,00	0,00	160,00	160,00
		R\$	R\$ 4.992,00	0,00	2.496,00	2.496,00
		%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
2.20	Soleira de marmore, largura 15 cm, espessura 3cm	m	45,00	0,00	45,00	0,00
		R\$	R\$ 2.063,25	0,00	2.063,25	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
2.21	Forro em madeira, inclusive estrutura de fixação	m <sup>2</sup>	500,00	250,00	250,00	0,00
		R\$	R\$ 43.250,00	21.625,00	21.625,00	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
2.22	Acabamento para forro (roda forro em madeira)	m	200,00	100,00	100,00	0,00
		R\$	R\$ 3.624,00	1.812,00	1.812,00	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
2.23	Recuperação de esquadria de ferro, com substituição de peças, se necessário	m <sup>2</sup>	50,00	25,00	25,00	0,00
		R\$	R\$ 16.097,50	8.048,75	8.048,75	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
2.24	Aplicação manual de fundo selador acrílico	m <sup>2</sup>	790,00	0,00	395,00	395,00
		R\$	R\$ 2.709,70	0,00	1.354,85	1.354,85
		%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
2.25	Piso em madeira, espessura 2,5cm	m <sup>2</sup>	220,00	0,00	220,00	0,00
		R\$	R\$ 27.953,20	0,00	27.953,20	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
2.26	Pintura esmalte fosco em madeira, duas demãos	m <sup>2</sup>	4,16	0,00	0,00	4,16
		R\$	R\$ 56,78	0,00	0,00	56,78
		%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
2.27	Pintura imunizante para madeira, duas demãos	m <sup>2</sup>	4,16	0,00	0,00	4,16
		R\$	R\$ 69,06	0,00	0,00	69,06
		%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
2.28	Recuperação de grades em ferro, com substituição de peças, se necessário	m <sup>2</sup>	330,00	132,00	198,00	0,00
		R\$	R\$ 18.549,30	7.419,72	11.129,58	0,00
		%	100,0%	40,0%	60,0%	0,0%
2.29	Vidro fantasia martelado, e= 4mm	m <sup>2</sup>	50,00	0,00	50,00	0,00
		R\$	R\$ 6.133,50	0,00	6.133,50	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
2.30	Porta em madeira de lei, almofadada	m <sup>2</sup>	10,00	0,00	10,00	0,00
		R\$	R\$ 2.533,60	0,00	2.533,60	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
2.31	Conjunto de ferragens para porta em madeira	cj.	2,00	0,00	2,00	0,00
		R\$	R\$ 957,50	0,00	957,50	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

3.0 Instalações hidro-sanitárias e elétricas						
		unid	2,00	0,00	2,00	0,00
3.1	Caixa 30 x 30 cm com registro e torneira	R\$	R\$ 412,28	0,00	412,28	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	2,00	0,00	2,00	0,00
3.2	Registro de pressão, d=3/4"	R\$	R\$ 55,14	0,00	55,14	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		m	30,00	0,00	30,00	0,00
3.3	Tubulação pvc soldável, d=50mm, inclusive conexões	R\$	R\$ 2.054,40	0,00	2.054,40	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		m	30,00	0,00	30,00	0,00
3.4	Tubulação pvc soldável, d=100mm, inclusive conexões	R\$	R\$ 3.981,00	0,00	3.981,00	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		m	30,00	0,00	30,00	0,00
3.5	Tubulação pvc soldável, d=40mm, inclusive conexões	R\$	R\$ 1.074,30	0,00	1.074,30	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	2,00	0,00	2,00	0,00
3.6	Ralo sifonado saída 50mm	R\$	R\$ 16,66	0,00	16,66	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	4,00	0,00	4,00	0,00
3.7	Caixa de inspeção 60x60x60 cm com tampa T33	R\$	R\$ 1.002,00	0,00	1.002,00	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	17,00	8,50	8,50	0,00
3.8	Caixa pvc 4" x 2"	R\$	R\$ 162,18	81,09	81,09	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	76,00	38,00	38,00	0,00
3.9	Caixa octogonal pvc 3" x 3"	R\$	R\$ 592,80	296,40	296,40	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	15,00	7,50	7,50	0,00
3.10	Luva aço galvanizado 1"	R\$	R\$ 124,05	62,03	62,03	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	9,00	4,50	4,50	0,00
3.11	Luva aço galvanizado 1 1/4"	R\$	R\$ 73,08	36,54	36,54	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	1071,00	535,50	535,50	0,00
3.12	Arruela lisa galvan. 1/4"	R\$	R\$ 374,85	187,43	187,43	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	193,00	96,50	96,50	0,00
3.13	Bucha de nylon S6	R\$	R\$ 15,44	7,72	7,72	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	193,00	96,50	96,50	0,00
3.14	Parafuso fenda galvanizado, 4,23x 32 mm, autoatarrachante	R\$	R\$ 19,30	9,65	9,65	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	592,00	296,00	296,00	0,00
3.15	Parafuso galvanizado cabeça lenticilha 1/4" x 5/8"	R\$	R\$ 1.681,28	840,64	840,64	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	182,00	91,00	91,00	0,00
3.16	Pino com rosca 1/4" x 20mm	R\$	R\$ 6.426,42	3.213,21	3.213,21	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	57,00	28,50	28,50	0,00
3.17	Pino com rosca 1/4" x 30mm	R\$	R\$ 2.496,60	1.248,30	1.248,30	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	479,00	239,50	239,50	0,00
3.18	Porca sextada galv. 1/4"	R\$	R\$ 359,25	179,63	179,63	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	239,00	119,50	119,50	0,00
3.19	Prolongador sextavado 1/4" x 50mm	R\$	R\$ 1.362,30	681,15	681,15	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

		unid	239,00	119,50	119,50	0,00
3.20	Barra roscada 1/4"	R\$	R\$ 9.531,32	4.765,66	4.765,66	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		m	87,60	43,80	43,80	0,00
3.21	Canaleta pvc lisa 40x40mm, com tampa de encaixa	R\$	R\$ 2.529,89	1.264,95	1.264,95	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	2,00	0,80	0,60	0,60
3.22	Interruptor paralelo (1 módulo), incluindo suporte e placa	R\$	R\$ 48,60	19,44	14,58	14,58
		%	100,0%	40,0%	30,0%	30,0%
		unid	1,00	0,50	0,50	0,00
3.23	Interruptor paralelo (2 módulos), incluindo suporte e placa	R\$	R\$ 40,40	20,20	20,20	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	5,00	2,50	2,50	0,00
3.24	Interruptor simples (1 módulo), incluindo suporte e placa	R\$	R\$ 174,15	87,08	87,08	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	9,00	4,50	4,50	0,00
3.25	Placa para 1 função	R\$	R\$ 203,67	101,84	101,84	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	9,00	4,50	4,50	0,00
3.26	Tomada hexagonal, 2P + T 10A	R\$	R\$ 111,69	55,85	55,85	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	20,00	10,00	10,00	0,00
3.27	Disjuntor termomagnético monopolar, 10a 30A	R\$	R\$ 262,80	131,40	131,40	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	8,00	4,00	4,00	0,00
3.28	Dispositivo de proteção contra surto 175V - 40 KA	R\$	R\$ 860,08	430,04	430,04	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	2,00	1,00	1,00	0,00
3.29	Disjuntor bipolar DR ( fase/fase - In 30mA) - DIN, 40A	R\$	R\$ 219,34	109,67	109,67	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		m	91,20	45,60	45,60	0,00
3.30	Eletrocalha perfurada tipo U 100x75mm chapa 18, com tampa	R\$	R\$ 4.554,53	2.277,27	2.277,27	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		m	306,50	153,25	153,25	0,00
3.31	Eletrocalha perfurada tipo U 100x50mm chapa 18, com tampa	R\$	R\$ 8.560,55	4.280,28	4.280,28	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	9,00	4,50	4,50	0,00
3.32	Suporte vertical 120x146mm	R\$	R\$ 85,59	42,80	42,80	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	48,00	24,00	24,00	0,00
3.33	Suporte vertical 120x175mm	R\$	R\$ 589,44	294,72	294,72	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	148,00	74,00	74,00	0,00
3.34	Suporte vertical 70x81mm	R\$	R\$ 1.067,08	533,54	533,54	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	34,00	17,00	17,00	0,00
3.35	Suporte vertical 95x114mm	R\$	R\$ 257,72	128,86	128,86	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	90,00	45,00	45,00	0,00
3.36	Tala plana perfurada 25mm	R\$	R\$ 592,20	296,10	296,10	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	16,00	8,00	8,00	0,00
3.37	Tala plana perfurada 50mm	R\$	R\$ 105,28	52,64	52,64	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

		unid	42,00	21,00	21,00	0,00
3.38	Tala plana perfurada 75mm	R\$	R\$ 304,92	152,46	152,46	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		m	87,30	43,65	43,65	0,00
3.39	Eletroduto pvc flexível 1 1/2"	R\$	R\$ 807,53	403,77	403,77	0,00
		%	100,0%	50,0%	50,0%	0,0%
		unid	48,00	0,00	24,00	24,00
3.40	Luminárias sobrepor LED tubular, 2x40 w	R\$	R\$ 4.711,20	0,00	2.355,60	2.355,60
		%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
		unid	22,00	0,00	11,00	11,00
3.41	Soquete base E 27	R\$	R\$ 176,44	0,00	88,22	88,22
		%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
		unid	192,00	0,00	96,00	96,00
3.42	Soquete base G 13	R\$	R\$ 357,12	0,00	178,56	178,56
		%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
		unid	96,00	0,00	48,00	48,00
3.43	Lâmpada LED tubular comum / diam=33mm, 40W	R\$	R\$ 3.570,24	0,00	1.785,12	1.785,12
		%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
		unid	22,00	0,00	11,00	11,00
3.44	Lâmpada LED spot de embutir no chão 70W	R\$	R\$ 1.550,56	0,00	775,28	775,28
		%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
		unid	1,00	0,00	1,00	0,00
3.45	Quadro distrib. Plástico - embutir, barr. trif., cap. 34 disj. unip. 100A	R\$	R\$ 761,63	0,00	761,63	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	1,00	0,00	1,00	0,00
3.46	Disjuntor tripolar termomagnético (220 V/127V) - DIN 10 A - 5 KA	R\$	R\$ 68,49	0,00	68,49	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	28,00	0,00	14,00	14,00
3.47	Luminária embutir p/compacta longa com lâmpada fluorescente	R\$	R\$ 5.178,32	0,00	2.589,16	2.589,16
		%	100,0%	0,0%	50,0%	50,0%
		unid	1,00	0,00	1,00	0,00
3.48	Quadro distrib. Plástico - embutir, barr. trif., cap. 12 disj. unip. 100A	R\$	R\$ 259,19	0,00	259,19	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
<b>4.0</b>	<b>Louças e metais</b>					
		unid	2,00	0,00	2,00	0,00
4.1	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada	R\$	R\$ 747,88	0,00	747,88	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	2,00	0,00	2,00	0,00
4.2	Cuba de embutir oval	R\$	R\$ 214,25	0,00	214,25	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	2,00	0,00	2,00	0,00
4.3	Bancada de granito cinza polido, para lavatório	R\$	R\$ 467,88	0,00	467,88	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	2,00	0,00	2,00	0,00
4.4	Kit de acessórios em metal cromado, 5 peças, incluso fixação	R\$	R\$ 156,64	0,00	156,64	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	2,00	0,00	2,00	0,00
4.5	Válvula para lavatório em metal cromado	R\$	R\$ 45,78	0,00	45,78	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	2,00	0,00	2,00	0,00
4.6	Sifão cromado, para lavatório	R\$	R\$ 201,78	0,00	201,78	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	2,00	0,00	2,00	0,00
4.7	Rabicho de metal cromado 40cm	R\$	R\$ 54,60	0,00	54,60	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	2,00	0,00	2,00	0,00
4.8	Torneira cromada para lavatório	R\$	R\$ 88,12	0,00	88,12	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	2,00	0,00	2,00	0,00
4.9	Caixa d'água em polietileno, 500 litros, com acessórios	R\$	R\$ 1.045,42	0,00	1.045,42	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

4.10	Barra de apoio para lavatório, em aço inox polido	unid	2,00	0,00	2,00	0,00
		R\$	R\$ 834,76	0,00	834,76	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		unid	4,00	0,00	4,00	0,00
4.11	Barra de apoio reta, em aço inox polido, comprimento 90cm	R\$	R\$ 919,60	0,00	919,60	0,00
		%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
4.12	Assento para vaso sanitário	unid	2,00	0,00	0,00	2,00
		R\$	R\$ 427,00	0,00	0,00	427,00
		%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
<b>5.0</b>	<b>Serviços Complementares</b>					
		m <sup>2</sup>	330,00	330,00	0,00	0,00
5.1	Limpeza com escova de aço , em estruturas metálicas	R\$	R\$ 2.811,60	2.811,60	0,00	0,00
		%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
5.2	Limpeza final da obra	m <sup>2</sup>	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
		R\$	R\$ 2.110,00	0,00	0,00	2.110,00
		%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	<b>TOTAL GERAL</b>	R\$	424.978,69	153.351,40	212.314,05	38.967,96
	<b>TOTAL GERAL</b>	%	100,00	31,80	57,20	11,00

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

### 3. QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ENCARGOS SOCIAIS	
<b>A ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS</b>	
01 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	20,00%
02 – FGTS	8,00%
03 – SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%
04 – SESI	1,50%
05 – SENAI	1,00%
06 – SEBRAE	0,60%
07 – INCRA	0,20%
08 – INSS – SEGURO CONTRA OS ACIDENTES DE TRABALHO	3,00%
	<b>A 36,80%</b>
<b>B ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM A INCIDENCIA DE “A”</b>	
01 – REPOUSO SEMANAL E FERIADOS	22,90%
02 – AUXILIO ENFERMIDADE	*0,79%
03 – LICENÇA PATERNIDADE	*0,34%
04 – 13º SALARIO	10,57%
05 – DIAS DE CHUVAS, FALTA JUSTIFICADA, ACIDENTES DO TRABALHO,ETC...	4,57%
	<b>B 39,17%</b>
<b>C ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDENCIAS GLOBAIS DE “A”</b>	
01 – DEPOSITO POR DESPEDIDA INJUSTA: 40% SOBRE A2+(A2xB) (SUPONDO APENAS RECISOES POR DESPEDIDA INJUSTA)	4,45%
02 – AVISO PREVIO INDENIZADO	*11,72%
03 - FÉRIAS INDENIZADAS	17,45%
	<b>C 33,62%</b>
<b>D TAXAS DAS REINCIDENCIAS</b>	
01 - REINCIDENCIA DE “A” SOBRE “B” (36,80% x 39,17%	
	<b>D 14,41%</b>
<b>PERCENTUAL TOTAL *(ADOTADO)</b>	<b>124,00%</b>
<b>*(ADOTADO)</b>	





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

**SEÇÃO V**  
**CADERNO DE ENCARGOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

---

**1. CADERNO DE ENCARGOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O PRESENTE CADERNO DE ENCARGOS TEM COMO OBJETIVO ORIENTAR A CONTRATADA QUANTO AS DIVERSAS ATIVIDADES PREVISTAS PARA OS ITENS DE SERVIÇOS REFORMA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA ESTAÇÃO DE TRENS DA CALÇADA, A SEGUIR DESCRITOS:

**SERVIÇOS:**

**1. RETIRADA DE DIVISÓRIAS;**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- RETIRADA DE DIVISÓRIA, UTILIZANDO FERRAMENTAS APROPRIADAS.
- LIMPEZA IMEDIATA DO LOCAL COM REMOÇÃO DO MATERIAL RETIRADO E TRANSPORTADO ATÉ LOCAIS DETERMINADOS PELA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO RETIRADO E TRANSPORTADO.

**2. REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO;**

CONSISTE NA SEGUINTE OPERAÇÃO:

- REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS;
- LIMPEZA IMEDIATA DO LOCAL COM REMOÇÃO DO MATERIAL RETIRADO E TRANSPORTADO ATÉ LOCAIS DETERMINADOS PELA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**3. DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSA;**

CONSISTE NA SEGUINTE OPERAÇÃO:

- DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO EM ARGAMASSA, UTILIZANDO FERRAMENTAS ADEQUADAS.
- LIMPEZA IMEDIATA DO LOCAL COM REMOÇÃO DO MATERIAL RETIRADO E TRANSPORTADO ATÉ LOCAIS DETERMINADOS PELA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**4. DEMOLIÇÃO DE RODAPÉ.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- DEMOLIÇÃO DE RODAPÉ.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO (M)

MEDIÇÃO: POR METRO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**5. DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONTRAPISO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONTRAPISO.
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EXECUTADO.

**6. DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO.
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EXECUTADO.

**7. REMOÇÃO DE PISO EM MADEIRA.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- REMOÇÃO DE PISO EM MADEIRA.
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**8. REMOÇÃO DE PINTURAS EM SUPERFÍCIES METÁLICAS.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- REMOÇÃO DE PINTURA EM SUPERFÍCIES METÁLICAS.
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**9. DEMOLIÇÃO DE CONCRETO ARMADO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- DEMOLIÇÃO DE CONCRETO ARMADO.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO CÚBICO (M<sup>3</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO CÚBICO EXECUTADO.

**10. REMOÇÃO DE VIDRO COMUM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- REMOVER VIDROS DAS ESQUADRIAS.
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EXECUTADO.

**11. REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- REMOVER AS PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EXECUTADO.

**12. REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES, DIMENSÕES 20x20CM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- ASSENTAMENTO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DIMENSÕES 20x20CM, INCLUSIVE ARGAMASSA E REJUNTAMENTO.
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EXECUTADO.

**13. REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO, DIMENSÕES 35 X 35 CM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- ASSENTAMENTO DE REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO, DIMENSÕES 35x35CM, INCLUSIVE ARGAMASSA E REJUNTAMENTO;
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EXECUTADO.

**14. PINTURA ACRÍLICA, DUAS DEMÃOS.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- EXECUTAR PINTURA COM TINTA ACRÍLICA, DUAS DEMÃOS, SOBRE MASSA, APÓS LIXAMENTO.
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)  
MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO PINTADO.

**15. MASSA LÁTEX EM PAREDE, DUAS DEMÃOS.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, INCLUSIVE LIXAMENTO.
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)  
MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EMASSADO

**16. MASSA LÁTEX EM TETO, DUAS DEMÃOS.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX EM TETO, DUAS DEMÃOS, INCLUSIVE LIXAMENTO.
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)  
MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EMASSADO.

**17. TRATAMENTO DE ALVENARIA EM TIJOLINHO, COM SUBSTITUIÇÃO DOS MESMOS, SE NECESSÁRIO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- TRATAMENTO DE TODA PAREDE DE ALVENARIA EM TIJOLINHO APARENTE, COM SUBSTITUIÇÃO DOS MESMOS, SE NECESSÁRIO.
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)  
MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**18. EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR ESTRUTURAS EM CONCRETO ARMADO DETERIORADO.
- REMOÇÃO IMEDIATA DE TODO MATERIAL RETIRADO E TRANSPORTADO ATÉ LOCAIS DETERMINADOS PELA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO CÚBICO (M<sup>3</sup>)  
MEDIÇÃO: POR METRO CÚBICO EXECUTADO.

**19. ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS.**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES

- EXECUTAR ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS, ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO, DE ACORDO INDICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**20. CHAPISCO ARGAMASSA TRAÇO 1:3.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUÇÃO DE CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA E ESTRUTURA DE CONCRETO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**21. VERNIZ SINTÉTICO EM TIJOLO, DUAS DEMÃOS.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR PINTURA COM VERNIZ SINTÉTICO EM ALVENARIA DE TIJOLO APARENTE, DUAS DEMÃOS. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**22. RODAPÉ EM MADEIRA, COM ALTURA DE 7CM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RODAPÉ EM MADEIRA, COM ALTURA 7CM. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO (M)

MEDIÇÃO: POR METRO DE SERVIÇO FORNECIDO E INSTALADO.

**23. EMBOCO/MASSA ÚNICA, TRAÇO 1 : 2 8.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR EMBOCO/MASSA ÚNICA, TRAÇO 1 : 2 8. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**24. Laje pre-moldada, capeamento 3cm, concreto 15MPA.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR LAJE PRE-MOLDADA, CAPEAMENTO 3CM, CONCRETO 15MPA. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**25. CONTRAPISO EM ARGAMASSA.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR CONTRAPISO EM ARGAMASSA. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**26. FUNDO ANTICORROSIVO A BASE DE ÓXIDO DE FERRO (ZARCÃO), DUAS DEMÃOS.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR PINTURA COM FUNDO ANTICORROSIVO A BASE DE ÓXIDO DE FERRO (ZARCÃO), DUAS DEMÃOS. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**27. PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMÃOS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMÃOS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**28. PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, 90 X 210 CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO ACESSÓRIOS.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTA EM MADEIRA, 90 X 210 CM, ESPESSURA DE 3,5 CM, INCLUSO ACESSÓRIOS. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: UNIDADE (UNID.)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE DE SERVIÇO FORNECIDO E INSTALADO.

**29. IMPERMEABILIZAÇÃO COM FIBRA DE VIDRO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR IMPERMEABILIZAÇÃO COM FIBRA DE VIDRO NAS CALHAS, E=3MM, INCLUSIVE LIXAMENTO E TRATAMENTO NAS FISSURAS E FERRUGEM, PARA ELIMINAR VAZAMENTOS. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO (M)

MEDIÇÃO: POR METRO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**30. PINTURA COM VERNIZ POLIURETANO, 2 DEMÃOS.**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR PINTURA COM VERNIZ POLIURETANOS, 2 DEMÃOS, NAS ESTRUTURAS METÁLICAS.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**31. SOLEIRA EM MÁRMORE, LARGURA 15CM, ESPESSURA 3CM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SOLEIRA EM MÁRMORE, LARGURA 15 CM E ESPESSURA 3 CM. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO (M)

MEDIÇÃO: POR METRO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**32. FORRO EM MADEIRA, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO EM MADEIRA, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO FORNECIDO E INSTALADO.

**33. ACABAMENTO PARA FORRO (RODA FORRO EM MADEIRA).**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ACABAMENTO PARA FORRO (RODA FORRO EM MADEIRA). CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO (M)

MEDIÇÃO: POR METRO FORNECIDO E INSTALADO.

**34. RECUPERAÇÃO DE ESQUADRIA DE FERRO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, SE NECESSÁRIO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR RECUPERAÇÃO DE ESQUADRIA DE FERRO, INCLUSIVE RASPAGEM PARA RETIRADA DE MASSA E PINTURA E REVISÃO DE SOLDAS, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, SE NECESSÁRIO. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**35. APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- APLICAR PINTURA COM SELADOR ACRÍLICO NAS PAREDES DE TIJOLOS APARENTES. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO DE SERVIÇO EXECUTADO.

**36. PISO EM MADEIRA, E=2,5CM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO EM MADEIRA, ESPESSURA 2,5 CM, ASSENTADO EM ARGAMASSA TRAÇO 1: 4 (CIMENTO/AREIA). CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO FORNECIDO E INSTALADO.

**37. PINTURA ESMALTE FOSCO EM MADEIRA, DUAS DEMÃOS.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR PINTURA ESMALTE FOSCO EM MADEIRA, DUAS DEMÃOS. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EXECUTADO.

**38. PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, DUAS DEMÃOS.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, DUAS DEMÃOS. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EXECUTADO.

**39. RECUPERAÇÃO DE GRADES EM FERRO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, SE NECESSÁRIO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- EXECUTAR RECUPERAÇÃO DE GRADES EM FERRO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, SE NECESSÁRIO. CONFORME ORIENTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EXECUTADO.

**40. VIDRO FANTASIA MARTELADO 4MM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDRO FANTASIA MARTELADO 4MM, NAS ESQUADRIAS METÁLICAS.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO FORNECIDO E INSTALADO.

**41. PORTA EM MADEIRA DE LEI, ALMOFADADA;**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTA EM MADEIRA DE LEI, ALMOFADADA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO FORNECIDA E INSTALADA.

**42. CONJUNTO DE FERRAGENS PARA PORTA EM MADEIRA.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE FERRAGENS PORTA EM MADEIRA.

UNIDADE: CONJUNTO (CJ.)

MEDIÇÃO: POR CONJUNTO FORNECIDO E INSTALADO.

**43. CAIXA 30x30CM, COM REGISTRO E TORNEIRA.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA 30 x 30 CM, COM REGISTRO E TORNEIRA.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDA E INSTALADA.

**44. Registro de pressão, d= 3/4".**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REGISTRO DE PRESSÃO, D=3/4".

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDA E INSTALADA.

**45. Tubulação pvc soldável, d= 50mm, inclusive conexões.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO PVC SOLDÁVEL, D=50MM, INCLUSIVE CONEXÕES.

UNIDADE: METRO (M)

MEDIÇÃO: POR METRO FORNECIDO E INSTALADO.

**46. Tubulação pvc soldável, d= 100mm, inclusive conexões.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO PVC SOLDÁVEL, D=100MM, INCLUSIVE CONEXÕES.

UNIDADE: METRO (M)

MEDIÇÃO: POR METRO FORNECIDO E INSTALADO.

**47. Tubulação pvc soldável, d= 40mm, inclusive conexões.**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO PVC SOLDÁVEL, D=40MM, INCLUSIVE CONEXÕES.

UNIDADE: METRO (M)

MEDIÇÃO: POR METRO FORNECIDO E INSTALADO.

**48. RALO SIFONADO SAÍDA 50MM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RALO SIFONADO SAÍDA 50MM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**49. CAIXA DE INSPEÇÃO 60X60X60CM, COM TAMPA T33.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA DE INSPEÇÃO 60X60X60CM, COM TAMPA T33.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**50. CAIXA PVC 4" X 2".**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA PVC 4" X 2".

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**51. CAIXA PVC OCTOGONAL 3" X 3".**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA PVC OCTOGONAL 3" X 3".

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**52. LUVA AÇO GALVANIZADO, 1".**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUVA AÇO GALVANIZADO, 1".

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**53. LUVA AÇO GALVANIZADO, 1 ¼".**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUYA AÇO GALVANIZADO, 1 1/4".

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**54. ARRUELA LISA GALVAN. 1/4".**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ARRUELA LISA GALVAN. 1/4".

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDA E INSTALADA.

**55. BUCHA DE NYLON S6.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BUCHA DE NYLON S6.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDA E INSTALADA.

**56. PARAFUSO FENDA GALVANIZADO, 4,2 X 32 MM, AUTOATARRACHANTE.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PARAFUSO FENDA GALVANIZADO, 4,2 X 32MM, AUTOATARRACHANTE.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**57. PARAFUSO GALVANIZADO CABEÇA LENTILHA 1/4" X 5/8".**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PARAFUSO GALVAN. CABEÇA LENTILHA 1/4" X 5/8".

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**58. PINO COM ROSCA 1/4" X 20MM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PINO COM ROSCA 1/4" X 20MM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**59. PINO COM ROSCA 1/4" X 30MM.**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PINO COM ROSCA 1/4" X 30MM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**60. PORCA SEXTAVADA GALV. 1/4".**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORCA SEXTAVADA 1/4".

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**61. PROLONGADOR SEXTAVADO 1/4" X 50MM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROLONGADOR SEXTAVADO 1/4" X 50MM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**62. BARRA ROSCADA 1/4".**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BARRA ROSCADA 1/4".

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**63. CANALETA PVC LISA 40x40MM, COM TAMPA DE ENCAIXE.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CANALETA PVC LISA 40x40MM, COM TAMPA DE ENCAIXE.

UNIDADE: METRO (M)

MEDIÇÃO: POR METRO FORNECIDA E INSTALADA.

**64. INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), INCLUINDO SUPORTE E PLACA.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), INCLUINDO SUPORTE PLACA.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**65. INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS), INCLUINDO SUPORTE E PLACA.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS), INCLUINDO SUPORTE PLACA.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**66. INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), INCLUINDO SUPORTE E PLACA.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), INCLUINDO SUPORTE E PLACA.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**67. PLACA PARA 1 FUNÇÃO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA PARA 1 FUNÇÃO.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDA E INSTALADA.

**68. TOMADA HEXAGONAL, 2P+T 10A.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TOMADA HEXAGONAL, 2P+T 10A.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**69. DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR, 10 A 30A.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOPOLAR, 10 A 30A.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**70. DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO 175v – 40 KA.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO 175V – 40 KA.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**71. DISJUNTOR BIPOLAR DR (FASE/FASE – IN 30MA) – DIN, 40A.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DISJUNTOR BIPOLAR DR (FASE/FASE – In 30 MA) – DIN, 40A.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**72. ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100x75MM, CHAPA 18, COM TAMPA.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100x75MM, CHAPA 18, COM TAMPA.

UNIDADE: METRO (M)

MEDIÇÃO: POR METRO FORNECIDA E INSTALADA.

**73. ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100x50MM, CHAPA 18, COM TAMPA.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETROCALHA PERFURADA TIPO U 100x50MM, CHAPA 18, COM TAMPA.

UNIDADE: METRO (M)

MEDIÇÃO: POR METRO FORNECIDA E INSTALADA.

**74. SUPORTE VERTICAL 120x146MM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE VERTICAL 120x146MM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**75. SUPORTE VERTICAL 120x175MM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE VERTICAL 120x175MM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**76. SUPORTE VERTICAL 70x81MM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE VERTICAL 70x81MM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**77. SUPORTE VERTICAL 95x114MM.**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE VERTICAL 95x114MM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**78. TALA PLANA PERFURADA 25MM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TALA PLANA PERFURADA 25MM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDA E INSTALADA.

**79. TALA PLANA PERFURADA 50MM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TALA PLANA PERFURADA 50MM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDA E INSTALADA.

**80. TALA PLANA PERFURADA 75MM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TALA PLANA PERFURADA 75MM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDA E INSTALADA.

**81. ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL 1 1/2".**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL 1 1/2".

UNIDADE: METRO(M)

MEDIÇÃO: POR METRO FORNECIDO E INSTALADO.

**82. LUMINÁRIA SOBREPOR LED TUBULAR, 2x40W.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA SOBREPOR LED TUBULAR, 2x40 W.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**83. SOQUETE BASE E 27.**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SOQUETE BASE E 27.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**84. SOQUETE BASE G 13.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SOQUETE BASE G 13.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**85. LÂMPADA LED TUBULAR COMUM – DIAM. 33 MM, 40 W.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LÂMPADA LED TUBULAR COMUM – DIAM. 33MM, 40 W.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDA E INSTALADA.

**86. LÂMPADA LED SPOT DE EMBUTIR NO CHÃO 70 W.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LÂMPADA LED SPOT DE EMBUTIR NO CHÃO 70 W.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDA E INSTALADA.

**87. QUADRO DE DISTRIB. – EMBUTIR, BARR. TRIF., CAP. 34 DISJ. UNIP. 100 A.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE QUADRO DE DISTRIB. – EMBUTIR, BARR. TRIF., CAP. 34 DISJ. UNIP. 100 A.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**88. DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO (220V/127V) -DIN 10 A – 5 KA..**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DISJUNTOR TRIPOLAR TERMOMAGNÉTICO (220V/127V) – DIN 10 A – 5 KA.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**89. LUMINÁRIA EMBUTIR P/ COMPACTA LONGA COM LÂMPADA FLUORESCENTE.**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIA EMBUTIR P/COMPACTA LONGA COM LÂMPADA FLUORESCENTE.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDA E INSTALADA.

**90. QUADRO DE DISTRIB. – EMBUTIR, BARR. TRIF., CAP. 12 DISJ. UNIP. 100 A.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE QUADRO DE DISTRIB. – EMBUTIR, BARR. TRIF., CAP. 12 DISJ. UNIP. 100 A.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**91. Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- Fornecimento e instalação de vaso sanitário sifonado com caixa acoplada, louça branca, incluso engate flexível em metal cromado;

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**92. Cuba de embutir oval.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- Fornecimento e instalação de cuba de embutir oval

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**93. Bancada de granito cinza polido, para lavatório.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- Fornecimento e instalação de bancada de granito cinza polido, para lavatório.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**94. Kit de acessórios em metal cromado, 5 peças, incluso fixação.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- Fornecimento e instalação de kit de acessórios para banheiro em metal cromado 5 peças, incluso fixação.

UNIDADE: UNIDADE (UN)



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**95. VÁLVULA PARA LAVATÓRIO EM METAL CROMADO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VÁLVULA PARA LAVATÓRIO EM METAL CROMADO.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**96. SIFÃO CROMADO PARA LAVATÓRIO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SIFÃO CROMADO PARA LAVATÓRIO.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**97. RABICHO DE METAL CROMADO 40CM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RABICHO EM METAL CROMADO 40CM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**98. TORNEIRA CROMADA PARA LAVATÓRIO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TORNEIRA CROMADA PARA LAVATÓRIO.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**99. CAIXA D`ÁGUA EM POLIETILENO, 500 LITROS, COM ACESSÓRIOS.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA D`ÁGUA EM POLIETILENO, 500 LITROS, COM ACESSÓRIOS.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**100. BARRA DE APOIO LAVATÓRIO EM AÇO INOX POLIDO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BARRA DE APOIO LAVATÓRIO EM AÇO INOX POLIDO.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

**101. BARRA DE APOIO RETA , EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 90 CM.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BARRA DE APOIO RETA, EM AÇO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 90 CM.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**102. ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ASSENTO PARA SANITÁRIO.

UNIDADE: UNIDADE (UN)

MEDIÇÃO: POR UNIDADE FORNECIDO E INSTALADO.

**103. LIMPEZA COM ESCOVA DE AÇO, EM ESTRUTURAS METÁLICAS.**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- LIMPEZA COM ESCOVA DE AÇO, EM ESTRUTURAS METÁLICAS.
- DURANTE E TERMINO DO SERVIÇO TODA A ÁREA DEVERÁ ESTAR LIMPA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EXECUTADO.

**104. LIMPEZA FINAL DA OBRA;**

CONSISTE NAS SEGUINTE OPERAÇÕES:

- RETIRADA DE TODO O ENTULHO DO LOCAL, NA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS A OBRA DEVERÁ SER ENTREGUE LIMPA E LIVRE DE RESTOS DE MATERIAIS. DEVERÁ ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, PARA QUE A FISCALIZAÇÃO EFETUE O RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA MESMA.

UNIDADE: METRO QUADRADO (M<sup>2</sup>)

MEDIÇÃO: POR METRO QUADRADO EXECUTADO.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

---

**PARTE II – HABILITAÇÃO**

---

---

**SEÇÃO I**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

---

---

**1. Para a habilitação dos interessados, exigir-se-ão os documentos relativos a:**

**1.1 Habilitação jurídica**, comprovada mediante a apresentação:

( x ) **Para pessoas jurídicas:**

- a) de registro público, no caso de empresário individual.
- b) em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- c) no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**1.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**

( x ) **Para pessoas jurídicas:**

**1.2.1. Regularidade fiscal, mediante a apresentação de:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte ( ) Estadual - serviços do art. 155 da CF ( x ) Municipal - serviços, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS.
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

1.2.1.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, cumprindo-lhes assinalar a sua condição nos campos correspondentes na **Declaração Quanto à Regularidade Fiscal**, conforme o modelo da **PARTE VI** deste instrumento.

**1.2.2 Regularidade trabalhista, mediante a apresentação de:**

- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**1.3 Qualificação Técnica**, comprovada através de:



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- a) comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente de acordo com o modelo constante da **PARTE II** deste instrumento (art. 101, II).
- b) declaração de ciência dos requisitos técnicos para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, preferencialmente de acordo com o modelo constante da **PARTE II** deste instrumento (art. 101, IV).

#### 1.4 Qualificação econômico-financeira:

( x ) a ser comprovada mediante:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A licitante apresentará, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial e Certidão de Regularidade Profissional, emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade ou no caso de empresas sujeitas à tributação com base no lucro real, o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado emitido através do Sistema Público de Escrituração Digital –SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação, podendo este último ser substituído pela Etiqueta da Junta Comercial ou Órgão de Registro.
- b) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, prevista no **PREÂMBULO**, caso o documento não consigne prazo de validade.

#### 1.5 Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor

Conforme o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei estadual nº 9.433/05, deverá ser apresentada declaração quanto ao trabalho do menor, conforme modelo constante da **PARTE VI** deste instrumento.

#### 2. Regras acerca da participação de matriz e filial

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- b) Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;
- c) A comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;
- d) Se a licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

3. A licitante deverá incluir no envelope de habilitação os documentos acima relacionados, sob pena de inabilitação.

4. A apresentação, pelas licitantes, dentro do envelope de habilitação, do Certificado de Registro Cadastral-CRC ou do Certificado de Registro Simplificado-CRS possibilitará a substituição dos documentos de habilitação, na forma indicada neste instrumento.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

**SEÇÃO II**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL CRC/CRS**

---

**1. Pressupostos para participação**

(  ) Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como *usuário* junto ao Banco do Brasil, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual. **[Pregão eletrônico]**

**2. Documentos passíveis de substituição pelo extrato do Certificado de Registro: [NOTA: assinalar]**

(  ) A licitação se processa **com** a utilização do **SIMPAS**:

2.1 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema de registro, **exceto os concernentes à Qualificação Técnica.**

2.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pelo órgão licitante.

2.3 Caso conste no sistema de registro algum documento vencido, a licitante deverá ter apresentado a versão atualizada do referido documento no envelope de habilitação.

---

**SEÇÃO III**  
**MODELOS DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

---

**COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA O DESEMPENHO**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

**[SERVIÇOS]**  
Declaramos, para fins de habilitação em processo licitatório, que a empresa  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço na  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, prestou serviço de xxxxxxxxxxxxxxxx, atendendo integralmente as especificações  
contratadas, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam a prestação.

<b>Especificação</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Prazo de execução</b>

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

---

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS TÉCNICOS

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

**[NOTA: AS OPÇÕES DEVEM SER PREVIAMENTE DEFINIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO]**

**DECLARAÇÃO FIRMADA PELA PRÓPRIA LICITANTE**

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos, para os fins da parte final do inciso IV do art. 101 da Lei estadual nº 9.433/05, termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA EXPEDIDA PELA ADMINISTRAÇÃO**

Atesto que o preposto da \_\_\_\_\_ [indicar nome da Pessoa Jurídica licitante], CNPJ nº \_\_\_\_\_, Sr.(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, interessado em participar da \_\_\_\_\_ (indicar modalidade de licitação: pregão/concorrência/tomada de preço/convite) nº \_\_\_\_\_, vistoriou \_\_\_\_\_ (indicar a Unidade Administrativa vistoriada) e tomou ciência do estado das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto licitado.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
**(assinatura, identificação do servidor público e respectivo cadastro)**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

## INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, DO APARELHAMENTO E DO PESSOAL TÉCNICO

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

### ( ) Declaração de disponibilidade imediata

Declaro, em observância ao art. 101 da Lei estadual nº 9.433/05, para fins de prova de qualificação técnica, dispor das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, em estrita consonância com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, conforme relação abaixo, a qual poderá ser verificada por ocasião da fase de habilitação.

### [LISTAR MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS/PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO]

**[NOTA: A comprovação de que o pessoal técnico indicado pela licitante vincular-se-á à execução contratual deverá ser feita através de uma das seguintes formas: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assumo o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.]**

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

### ( ) Declaração de disponibilidade futura

Declaro, em observância ao art. 101, §6º, da Lei estadual nº 9.433/05, para fins de prova de qualificação técnica, que disporei das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, conforme relação abaixo, em estrita consonância com os requisitos estabelecidos do instrumento convocatório, **a qual poderá ser verificada após a homologação e adjudicação do objeto**, estando ciente de que a declaração falsa caracteriza o ilícito administrativo previsto no art. 184, V, da Lei estadual nº 9.433/05.

### [LISTAR MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS/PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO]

**[NOTA: A comprovação de que o pessoal técnico indicado pela licitante vincular-se-á à execução contratual deverá ser feita através de uma das seguintes formas: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assumo o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.]**

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

---

**PARTE III – CRITÉRIOS ESPECÍFICOS**

---

---

**SEÇÃO I**  
**AMOSTRAS/DEMONSTRAÇÃO DE COMPATIBILIDADE**

---

Não se exigirá a apresentação de **demonstração de compatibilidade**

---

**SEÇÃO II**  
**PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**

---

Não poderão participar desta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

---

**SEÇÃO III**  
**PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO**

---

Não poderão participar cooperativas de trabalho nesta licitação.

---

**SEÇÃO IV**  
**AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS - NÃO SE APLICA**

---

---



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

## PARTE IV – CONTRATO

---

### MINUTA DO CONTRATO

---

CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA E A [PESSOA JURÍDICA/PESSOA NATURAL], PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.**

O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pelo(a) Dr(a). \_\_\_\_\_, titular da Secretaria \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, autorizado pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **[PESSOA JURÍDICA/PESSOA NATURAL]**, CNPJ nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual (serviços do art. 155 da CF) /Municipal nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, emitida por \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, adjudicatária do [pregão/concorrência/tomada de preços/convite] nº \_\_\_\_\_, processo administrativo nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei estadual nº 9.433/05, pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93, e respectivas alterações, bem como pela legislação específica, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a **prestação de serviços de \_\_\_\_\_**, de acordo com as especificações do Termo de Referência do instrumento convocatório e da proposta apresentada pela CONTRATADA, que integram este instrumento na qualidade de Anexos I e II, respectivamente.

- §1º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.
- §3º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros. **[NOTA: subcontratação vedada]**
- §3º É admitida a subcontratação de parte do objeto, qual seja: \_\_\_\_\_ **[indicar]**, ficando esclarecido que o CONTRATANTE não se responsabiliza por nenhum compromisso assumido pela CONTRATADA com terceiros. **[NOTA: subcontratação admitida]**

#### CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

**[SERVIÇOS NÃO-CONTÍNUOS]**

O prazo de vigência do contrato, a contar da data ( ) da sua assinatura ( ) da subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS, será de \_\_\_\_\_ ( ) meses/dias, admitindo-se a sua prorrogação exclusivamente nos termos do art. 141 da Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à ocorrência de, ao menos, uma das hipóteses do art. 141 da Lei estadual nº 9.433/05.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

**§2º** A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada por meio de termo aditivo, antes do termo final do contrato.

**[SERVIÇOS CONTÍNUOS]**

O prazo de vigência do contrato, a contar da data ( ) da sua assinatura ( ) da subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS, será de \_\_\_\_ ( ) meses/dias, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do inc. II do art. 140 da Lei estadual nº 9.433/05.

**§1º** A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à obtenção de preços e condições mais vantajosas.

**§2º** A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada por meio de termo aditivo, devendo o pedido ser realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do término do contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – GARANTIA**

- ( ) Não exigível
- ( ) A garantia contratual será de ( ) [**≤ 5%**] do valor do contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei estadual nº 9.433/05.
- ( ) A garantia contratual será de ( ) [**≤ 10%**] do valor do contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei estadual nº 9.433/05. [**NOTA: serviços e fornecimentos de grande vulto, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis – art. 136, §3º**]
- ( ) A garantia contratual será de ( ) [**≤ 5%**] do valor do contrato, a qual será acrescida de ( ) [**≤ 20%**] do valor dos bens transferidos pelo CONTRATANTE, podendo recair sobre qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei estadual nº 9.433/05. [**NOTA: contratos que importem na entrega de bens pela Administração – art. 138**]

**§1º** Sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, a prova da garantia, na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de assinatura do contrato, admitindo-se, para as demais modalidades, que a comprovação seja feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias daquela data, sem o que fica vedada, em qualquer caso, a realização do pagamento.

**§2º** A garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais.

**§3º** A CONTRATADA ficará obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada, bem como a atualizar o seu valor nas mesmas condições do contrato.

**§4º** No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

**§5º** A CONTRATADA deverá atualizar a garantia sempre que houver alteração contratual, no mesmo prazo deferido para a comprovação da garantia originária, visando assegurar a cobertura das modificações procedidas.

**§6º** Será recusada a garantia que não atender às especificações, sendo facultado à CONTRATADA apresentar caução em dinheiro, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação da recusa.

**§7º** A não substituição da garantia recusada constitui motivo para rescisão do contrato, nos termos do art. 167, III, da Lei estadual nº 9.433/05.

**CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO**

**Serviço** com empreitada por preço ( ) global ( ) unitário



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos **serviços efetivamente prestados**, os valores abaixo especificados:

**[SERVIÇOS]**

LOTE ____						
ITEM	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL
1						
2						
3						
					VALOR ESTIMADO MENSAL	
					VALOR ESTIMADO GLOBAL	

§1º Estima-se para o contrato o valor global de R\$

§2º Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações. **[NOTA: Excepcionar esta cláusula, quando algum tipo fornecimento for de responsabilidade do CONTRATANTE]**

**CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário	

**CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA, além das determinações contidas no Termo de Referência do instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

**[SERVIÇOS]**

- I. designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução dos serviços, inclusive para atendimento de emergência;
- II. executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e do presente contrato, nos locais, dias, turnos e horários determinados;
- III. manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;
- IV. zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- V. comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- VI. atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;
- VII. respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes no CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- VIII. reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo que for determinado, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando as instalações na mais perfeita condição de funcionamento;
- IX. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em conseqüência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- X. manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários;
- XI. providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- XII. efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato;
- XIII. adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- XIV. emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação;
- XV. observar a legislação federal, estadual e municipal relativa ao objeto do contrato;
- XVI. executar os serviços sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Além das determinações acima descritas, a CONTRATADA deverá atender às seguintes obrigações específicas:

- a)
- b)

**CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- I. fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura;
- II. realizar o pagamento pela execução do objeto contratual;
- III. proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial, no prazo legal.

**CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

Competirá ao **CONTRATANTE** proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- §1º** O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorrerá com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, nos termos do art. 8º, inc. XXXIV, da Lei estadual nº9.433/05.
- §2º** Cumprida a obrigação pela CONTRATADA, caberá ao CONTRATANTE proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o art. 154, inc. V, e art. 155, inc. V, da Lei estadual nº 9.433/05.
- §3º** O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei estadual nº 9.433/05, observando-se os seguintes prazos, se outros não houverem sido fixados no Termo de Referência:
- I. se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias puder ser realizada de imediato, será procedido de logo o recebimento definitivo;
  - II. quando, em razão da natureza, do volume, da extensão, da quantidade ou da complexidade do objeto, não for possível proceder-se a verificação imediata de conformidade, será feito o recebimento provisório, devendo ser procedido ao recebimento definitivo no prazo de 15 (quinze) dias.
- §4º** O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.
- §5º** Tratando-se de equipamentos de grande vulto, o recebimento definitivo far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.
- §6º** Esgotado o prazo total para conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do órgão ou entidade CONTRATANTE, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para todos os efeitos.
- §7º** Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.
- §8º** O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento em desacordo com as condições pactuadas.
- §9º** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, consoante o art. 165 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §10** Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato: Servidor: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_  
[NOTA: deve(m) ser indicado(s) o(s) nome(s) e cadastro(s) do(s) servidor(es)].

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo, em consonância com o disposto no art. 6º, §5º; art. 8º, XXXIV; art. 79, XI, "a"; art. 154, V e art. 155, V da Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º** A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ão) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.
- §2º** Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.
- §3º** O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- §4º** A(s) nota(s) fisca(l)is/fatura(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação e, para efeito do art. 126, inciso XVI, da Lei estadual nº 9.433/05, o processo de pagamento deverá ser instruído com a prova da manutenção das condições de habilitação e qualificação estabelecidas na licitação, considerando-se como marco final a data de conclusão da etapa do recebimento definitivo, cuja demonstração poderá ser aferida mediante consulta ao Registro Cadastral ou a sites oficiais.
- §5º** Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, de circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- §6º** As situações previstas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.
- §7º** A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA**

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante o prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta.

- §1º** Após o prazo de 12 meses a que se refere o *caput*, a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05.
- §2º** A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- §3º** O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei nº 10.406/02.
- §4º** A revisão de preços pode ser instaurada pelo CONTRATANTE quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no contrato, conforme o art. 143, inc. II, alínea "e", da Lei estadual nº 9.433/05.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

A prorrogação, suspensão ou rescisão sujeitar-se-ão às mesmas formalidades exigidas para a validade deste contrato.

- §1º** A admissão da fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA está condicionada à manutenção das condições de habilitação e à demonstração, perante o CONTRATANTE, da inexistência de comprometimento das condições originariamente pactuadas para a adequada e perfeita execução do contrato.
- §2º** Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila:
- I. a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores;
  - II. reajustamento de preços previsto no edital e neste contrato, bem como as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes;
  - III. o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido.
- §3º** Somente será admitida a substituição de algum membro da equipe técnica, no curso da execução do contrato, por outro profissional de experiência equivalente ou superior, devidamente comprovada, e desde que previamente aprovada pelo CONTRATANTE.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do §2º do art. 168 do mesmo diploma.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – PENALIDADES**

Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184, 185 e 199 da Lei estadual nº 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

- §1º Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, observando-se os critérios de dosimetria estabelecidos pelo Decreto estadual nº 13.967/12.
- §2º Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184, nos incisos II, III e V do art. 185 e no art. 199 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §3º Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e nos incisos I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.
- §4º A CONTRATADA será descredenciada do Sistema de Registro Cadastral quando, em razão da ocorrência das faltas previstas na Lei estadual nº 9.433/05, deixar de satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista exigidas para cadastramento.
- §5º A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista na cláusula seguinte, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05 e no Decreto estadual nº 13.967/12.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – SANÇÃO DE MULTA**

A pena de multa será aplicada em função de inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

- §1º Quanto à obrigação principal, será observado o que se segue:
- I. Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
  - II. Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado.
  - III. O atraso no cumprimento da obrigação principal ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.
- §2º Quanto à obrigação acessória, assim considerada aquela que coadjuva a principal, será observado o que se segue:



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- I. Em caso de descumprimento total da obrigação acessória, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
- II. Caso o cumprimento da obrigação acessória, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
- III. O atraso no cumprimento da obrigação acessória ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.

**§3º** Se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei.

**§4º** Na hipótese de o contratado se negar a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

**§5º** As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**§6º** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

**§7º** Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

**§8º** Caso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento e na proposta da licitante vencedora.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA SÉTIMA – FORO**

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha (nome/CPF)**

Declaro que a [Autorização para Prestação de Serviços – APS] foi subscreta no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(nome, cargo e cadastro do declarante)

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

\_\_\_\_\_  
**Testemunha (nome/CPF)**

Declaro que o extrato do contrato foi publicado no DOE de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(nome, cargo e cadastro do declarante)



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

## **PARTE V – DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

---

### **TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS**

1. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

### **TÍTULO II DOS IMPEDIMENTOS**

2. Não será admitida a participação de interessados que estejam suspensos do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública ou declarados inidôneos, na forma dos incisos II e III do art. 186 da Lei estadual nº 9.433/05.

3. Em consonância com o art. 200 da Lei estadual nº 9.433/05, fica impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários: a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa natural física ou jurídica; b) a empresa responsável, isoladamente ou em consórcio, pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, subordinado ou subcontratado; c) servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; d) demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 da Lei estadual nº 9.433/05, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

4.1 É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere a alínea b deste item na licitação ou na execução da obra ou serviço como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

4.2 O disposto neste item não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua, como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração, a elaboração do projeto executivo

4.3 Considera-se participação indireta, para os fins do disposto neste item, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou de parentesco até o 3º grau entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e a licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

4.4 Aplica-se o disposto no item anterior aos membros da comissão de licitação, ao pregoeiro e equipe de apoio.

5. É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei estadual nº 9.433/05.

6. É proibido ao servidor público transacionar com o Estado quando participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer comércio, na forma do inc. XI do art. 176 da Lei estadual nº 6.677/94.

### **TÍTULO III DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

#### **Capítulo I QUANTO À FORMA**

##### **Seção I Aplicável a todas as modalidades**

7. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possam ser autenticados.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

8. As certidões extraídas pela *internet* somente terão validade se confirmada sua autenticidade.

**Seção II**

**Da concorrência, tomada de preços e convite, do tipo menor preço, e do pregão presencial**

9. Os documentos da proposta de preços e da habilitação deverão estar dispostos ordenadamente, contidos em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, indevassados, os quais deverão estar rubricados pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, devendo ser identificados no anverso o nome completo ou razão social da licitante, o órgão/entidade e setor promotor da licitação, a modalidade licitatória e o número de ordem, o processo administrativo, o tipo de licitação, o objeto da licitação, além da expressão, conforme o caso, ENVELOPE A – Proposta de Preços, ou ENVELOPE B – Habilitação.

10. A proposta de preços deverá estar em original, datilografada ou digitada, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nesta última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder.

**Seção III**

**Da concorrência, tomada de preços e convite, do tipo técnica e preço**

11. Os documentos da proposta técnica, de preços e da habilitação deverão estar dispostos ordenadamente, contidos em 03 (três) envelopes distintos, lacrados, indevassados, os quais deverão estar rubricados pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, devendo ser identificados no anverso o nome completo ou razão social da licitante, o órgão/entidade e setor promotor da licitação, a modalidade licitatória e o número de ordem, o processo administrativo, o tipo de licitação, o objeto da licitação, além da expressão, conforme o caso, ENVELOPE A – Proposta Técnica, ENVELOPE B – Proposta de Preços, ou ENVELOPE C – Habilitação.

12. As propostas técnica e de preços deverão estar em original, datilografadas ou digitadas, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nesta última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder.

**Seção IV**

**Do pregão eletrônico**

13. Como condição específica para participação do pregão por meio eletrônico é necessário, previamente, o credenciamento pelos licitantes no sistema do Banco do Brasil, através da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.

14. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da identificação da licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço eletrônica até a data e horário previstos no instrumento convocatório, exclusivamente por meio do sistema disponibilizado.

**Capítulo II**

**QUANTO AO CONTEÚDO**

15. A proponente deverá elaborar a sua proposta de preços em moeda nacional (reais e centavos), observando as disposições do Termo de Referência, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

16. Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

17. A proposta apresentada deverá incluir as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto da licitação.

18. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

19. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

20. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no instrumento convocatório, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
21. A formulação da proposta implica para a proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-a responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.
22. Para a habilitação dos interessados na licitação, exigir-se-ão, exclusivamente, os documentos relacionados no instrumento convocatório.
23. As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
24. Nas licitações do tipo técnica e preço, a proponente deverá apresentar proposta técnica observando as disposições relativas ao modelo de descrição da proposta técnica e aos critérios para avaliação das propostas técnicas.

**TÍTULO IV**  
**DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO**

**Capítulo I**  
**DA CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE,**  
**DO TIPO MENOR PREÇO**

**Seção I**  
**Da fase inicial**

25. A sessão pública da licitação terá início no dia, hora e local designados no instrumento convocatório, facultado às licitantes presentes efetuar o credenciamento de seus respectivos representantes, comprovando que possuem os necessários poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.
- 25.1 Reputa-se credenciada a pessoa natural regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.
- 25.2 O credenciamento de sócios far-se-á mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e, no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores.
- 25.3 O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo de procuração integrante do instrumento convocatório, devendo ser exibida, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.
- 25.4 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante e cada representante somente poderá representar uma única licitante.
- 25.5 Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possam ser autenticados.
26. Procedido ao credenciamento, a Comissão recolherá o ENVELOPE A – Proposta de Preços e o ENVELOPE B – Habilitação, após o que não mais será admitida a entrega de envelopes.
- 26.1 O ENVELOPE A – Proposta de Preços e o ENVELOPE B – Habilitação deverão conter os elementos exigidos no instrumento convocatório.
27. Após a entrega da proposta, não mais caberá a desistência da licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e aceito pela Comissão.
28. Sempre que houver interrupção da sessão, as licitantes deverão ser notificadas do dia e hora em que a sessão terá continuidade.
- 28.1 A notificação do dia e hora em que a sessão terá continuidade deverá ser realizada mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes todos os prepostos das licitantes no ato em que for adotada a decisão, caso em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados, lavrada em ata.
29. A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelas licitantes e pela Comissão.
30. Todos os documentos contidos nos envelopes serão rubricados pelas licitantes presentes e pela Comissão.

**Seção II**  
**Da fase de classificação das propostas de preços**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

31. O presidente da Comissão fará, primeiramente, a abertura dos ENVELOPES A – Proposta de Preços.
32. A Comissão verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do instrumento convocatório, julgando, classificando e ordenando as propostas.
- 32.1 Serão desclassificadas as propostas que: não atenderem às condições e exigências do instrumento convocatório; não contiverem informação que permita a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto proposto; contiverem emenda, rasura ou entrelinha, de forma a não permitir a sua compreensão.
- 32.2 Serão desclassificadas ainda as propostas que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou, quando for o caso, que contemplem preços superiores aos preços máximos definidos no instrumento convocatório, fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou, ainda, aos constantes do sistema de registro de preços.
- 32.3 Serão também desclassificadas as propostas que consignarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
33. Em caso de empate, real ou ficto, será assegurada, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:
- 33.1 Entende-se por *empate ficto* as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, e *empate real* as que sejam iguais.
- 33.2 Em qualquer das hipóteses de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela de menor valor exequível.
- 33.3 Se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer o direito, ou se sua oferta não for aceita, ou se for inabilitada, será concedido idêntico direito à microempresa ou empresa de pequeno porte subsequente em situação de empate, se houver, na ordem classificatória, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital.
- 33.4 No caso de as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem preços iguais será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 33.5 O disposto neste item somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
34. Ocorrendo empate de propostas formuladas por licitantes que não detenham a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, será observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05, procedendo-se, sucessivamente, a sorteio em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro critério.
- 34.1 No caso de empate real entre as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas.
35. Sempre que houver sorteio deverá ser lavrada ata específica.
36. Reordenadas as propostas, se for o caso, e havendo necessidade de apresentação de amostras ou demonstração de compatibilidade, o presidente da comissão procederá em conformidade com o disposto na seção seguinte.
37. A Comissão franqueará a palavra para que as licitantes registrem em ata os protestos que entenderem cabíveis, os quais poderão ser apreciados de imediato.
38. Procedido ao julgamento das propostas e desde que haja declaração expressa de renúncia a recurso, consignada em ata, ou a apresentação do termo de renúncia por todas as licitantes, a Comissão devolverá os envelopes fechados, contendo a respectiva documentação de habilitação, aos concorrentes desclassificados, e procederá à abertura dos ENVELOPES B – Habilitação das licitantes classificadas com os três menores preços.
39. Se não houver a renúncia expressa a interposição de recurso por todas as licitantes, permanecerão fechados os ENVELOPES B – Habilitação, sendo devidamente rubricados pelos presentes, recolhidos e guardados em poder da Comissão, que providenciará a intimação das licitantes ausentes e aguardará o decurso do prazo recursal.
40. Concluída a fase de julgamento das propostas, com a decisão acerca dos recursos eventualmente interpostos, e havendo propostas classificadas, será designada data para continuidade da sessão, mediante publicação na imprensa oficial.
41. Nos termos do §3º do art. 97 da Lei estadual nº 9.433/05, se todas as propostas forem desclassificadas, poderá a Administração fixar um prazo de 08 (oito) dias úteis às licitantes para apresentação de nova proposta, após sanadas as causas que motivaram a desclassificação.
- 41.1 No caso de convite, o prazo referido neste item poderá ser reduzido para 03 (três) dias úteis.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

**Seção III**  
**Das amostras ou demonstração de compatibilidade**

42. Havendo necessidade de apresentação de amostras ou de demonstração de compatibilidade, o presidente da comissão comunicará a todas as licitantes a suspensão da sessão, franqueará aos detentores das três melhores propostas a sua realização, no prazo e forma assinalados, ficando facultado aos demais licitantes o acompanhamento.

42.1 Se inexitosa a aferição de qualquer amostra ou demonstração de compatibilidade, a Comissão procederá à convocação, na ordem de classificação de tantos quantos forem os desclassificados em razão da desconformidade a fim de completar o número de 3 (três) propostas válidas.

43. A amostra ou a demonstração de compatibilidade será analisada com o objetivo de aferir a sua adequação com os requisitos e as especificações contidas no instrumento convocatório, bem como com as consignadas na proposta apresentada pela licitante, para o que poderá ser solicitada a avaliação e análise por parte de unidade técnica competente.

44. A não apresentação de amostra ou de demonstração de compatibilidade será reputada desistência do certame, com as conseqüências estabelecidas em lei.

45. A desconformidade ou incompatibilidade com os requisitos e especificações do instrumento convocatório implicará na desclassificação da proposta.

46. A amostra deverá ser entregue contra-recibo, no prazo e endereço fixados pelo presidente da Comissão, devendo estar em embalagem lacrada, que contenha as informações que permitam identificar a licitante e o procedimento licitatório ao qual se refere.

46.1 Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos, desmontados, instalados e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação, não cabendo ressarcimento do valor do objeto.

46.2 A amostra apresentada deverá possuir elementos e quantidades suficientes que permitam a identificação do objeto, bem como a constatação de suas propriedades e do seu rendimento, além do número do registro no órgão competente, quando exigido.

46.3 Entregue a amostra, não serão permitidas quaisquer modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante do instrumento convocatório.

46.4 A amostra aprovada permanecerá em poder do órgão licitante para fins de confrontação quando do recebimento do material licitado, sendo liberada somente após a conclusão do contrato.

46.5 As amostras reprovadas deverão ser retiradas em até 30 (trinta) dias, contados da publicação da homologação da licitação, ficando esclarecido que as que não forem retiradas nesse prazo serão descartadas, sem direito a indenização.

46.6 Em nenhuma hipótese as amostras apresentadas serão tidas como início de entrega dos materiais ofertados.

**Seção IV**  
**Da fase de habilitação**

47. A Comissão de licitação conferirá e examinará os documentos de habilitação, bem como a autenticidade dos mesmos, emitindo, de logo, caso disponível a utilização do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – SIMPAS, o extrato do Certificado de Registro, verificando a regularidade da documentação exigida no instrumento convocatório.

48. A licitante que deixar de apresentar a documentação de habilitação válida será inabilitada.

49. A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, não implica a inabilitação automática da licitante, em face do disposto no art. 42 daquele diploma, devendo ser realizada a habilitação com ressalva de existência de restrição fiscal e diferindo-se a comprovação da regularidade.

50. A Comissão deliberará sobre a habilitação das três primeiras classificadas, franqueando a palavra uma vez mais aos participantes para que registrem em ata os protestos que entenderem cabíveis, os quais poderão ser apreciados de imediato.

51. Procedido ao julgamento da habilitação, e desde que haja declaração expressa de renúncia a recurso, consignada em ata, ou a apresentação do termo de renúncia por todas as licitantes, a Comissão dará seqüência ao procedimento.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

52. Se não houver a renúncia expressa a interposição de recurso por todas as licitantes, permanecerão fechados os ENVELOPES B – Habilitação das demais proponentes, guardados em poder da Comissão, que providenciará a intimação das licitantes ausentes e aguardará o decurso do prazo recursal.

53. Julgados os recursos eventualmente interpostos, a Comissão procederá à convocação de tantas licitantes classificadas quantas forem as inabilitadas no julgamento, a fim de completar o número de 3 (três) propostas válidas, franqueando-lhes a apresentação de amostra ou demonstração de compatibilidade, se for o caso.

54. Nos termos do §3º do art. 97 da Lei estadual nº 9.433/05, se todas as licitantes classificadas forem inabilitadas, poderá a Administração fixar um prazo de 08 (oito) dias úteis às licitantes inabilitadas para apresentação de nova documentação, após sanadas as causas que motivaram a inabilitação.

54.1 No caso de convite, o prazo referido neste item poderá ser reduzido para 03 (três) dias úteis

**Capítulo II**  
**DA CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE,**  
**DO TIPO TÉCNICA E PREÇO**

**Seção I**  
**Da fase inicial**

55. A sessão pública da licitação terá início no dia, hora e local designados no instrumento convocatório, facultado às licitantes presentes efetuar o credenciamento de seus respectivos representantes, comprovando que possuem os necessários poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.

55.1 Reputa-se credenciada a pessoa natural regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

55.2 O credenciamento de sócios far-se-á mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e, no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores.

55.3 O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo de procuração integrante do instrumento convocatório, devendo ser exibida, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.

55.4 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante e cada representante somente poderá representar uma única licitante.

55.5 Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possam ser autenticados.

56. Procedido ao credenciamento, a Comissão recolherá o ENVELOPE A – Proposta Técnica, o ENVELOPE B – Proposta de Preços e o ENVELOPE C – Habilitação, após o que não mais será admitida a entrega de envelopes.

56.1 O ENVELOPE A – Proposta Técnica, o ENVELOPE B – Proposta de Preços e o ENVELOPE C – Habilitação deverão conter os elementos exigidos no instrumento convocatório.

57. Após a entrega da proposta, não mais caberá a desistência da licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e aceito pela Comissão.

58. Sempre que houver interrupção da sessão, as licitantes deverão ser notificadas do dia e hora em que a sessão terá continuidade.

58.1 A notificação do dia e hora em que a sessão terá continuidade deverá ser realizada mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes todos os prepostos das licitantes no ato em que for adotada a decisão, caso em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados, lavrada em ata.

59. A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelas licitantes e pela Comissão.

60. Todos os documentos contidos nos envelopes serão rubricados pelas licitantes presentes e pela Comissão.

**Seção II**  
**Da fase de classificação das propostas técnicas**

61. O presidente da Comissão fará, primeiramente, a abertura dos ENVELOPES A – Proposta Técnica.

62. A Comissão verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do instrumento convocatório.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- 62.1 A análise das propostas técnicas será efetuada por uma equipe especialmente constituída para este fim, composta por, no mínimo, três técnicos de reconhecida competência na área, a qual, de acordo com os critérios para avaliação das propostas técnicas constantes do instrumento convocatório, apurará o *índice técnico* de cada licitante e elaborará relatório sucinto e fundamentado do seu trabalho, devidamente assinado por todos os seus integrantes, justificando as notas atribuídas.
- 62.2 Não sendo possível a realização da análise técnica na mesma sessão, a equipe deverá fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o qual poderá ser prorrogado mediante justificativa expressa.
63. A Comissão franqueará a palavra para que as licitantes registrem em ata os protestos que entenderem cabíveis, os quais poderão ser apreciados de imediato.
64. Procedido ao julgamento das propostas e desde que haja declaração expressa de renúncia a recurso, consignada em ata, ou a apresentação do termo de renúncia por todas as licitantes, a Comissão devolverá os ENVELOPES B – Proposta de Preço e os ENVELOPES C – Habilitação fechados aos concorrentes desclassificados, e procederá à abertura dos ENVELOPES B – Proposta de Preço das demais licitantes.
65. Se não houver a renúncia expressa a interposição de recurso por todas as licitantes, permanecerão fechados os ENVELOPES B – Proposta de Preço e os ENVELOPES C – Habilitação, sendo devidamente rubricados pelos presentes, recolhidos e guardados em poder da Comissão, que providenciará a intimação das licitantes ausentes e aguardará o decurso do prazo recursal.
66. Concluída a fase de julgamento das propostas técnicas, com a decisão acerca dos recursos eventualmente interpostos, e havendo propostas classificadas, será designada data para continuidade da sessão, mediante publicação no D.O.E.
67. Nos termos do §3º do art. 97 da Lei estadual nº 9.433/05, se todas as propostas forem desclassificadas, poderá a Administração fixar um prazo de 08 (oito) dias úteis às licitantes para apresentação de nova proposta, após sanadas as causas que motivaram a desclassificação.
- 67.1 No caso de convite, o prazo referido neste item poderá ser reduzido para 03 (três) dias úteis.

**Seção III**  
**Da fase de classificação das propostas de preços**

68. O presidente da Comissão fará a abertura dos ENVELOPES B – Proposta de Preços.
69. A Comissão verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do instrumento convocatório, julgando, classificando e ordenando as propostas.
- 69.1 Serão desclassificadas as propostas que: não atenderem às condições e exigências do instrumento convocatório; não contiverem informação que permita a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto proposto; contiverem emenda, rasura ou entrelinha, de forma a não permitir a sua compreensão;
- 69.2 Serão desclassificadas ainda as propostas que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou, quando for o caso, que contemplem preços superiores aos preços máximos definidos no instrumento convocatório, fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou, ainda, aos constantes do sistema de registro de preços.
- 69.3 Serão também desclassificadas as propostas que consignarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
- 69.4 A classificação dos proponentes será efetuada pela ordem decrescente das médias ponderadas das pontuações alcançadas nas propostas técnicas e de preços, de acordo com os pesos expressamente estabelecidos no instrumento convocatório.
70. A Comissão franqueará a palavra para que as licitantes registrem em ata os protestos que entenderem cabíveis, os quais poderão ser apreciados de imediato.
71. Procedido ao julgamento das propostas e desde que haja declaração expressa de renúncia a recurso, consignada em ata, ou a apresentação do termo de renúncia por todas as licitantes, a Comissão devolverá os ENVELOPES C – Habilitação fechados aos concorrentes desclassificados, e procederá à abertura dos ENVELOPES C – Habilitação das três licitantes melhor classificadas.
72. Se não houver a renúncia expressa a interposição de recurso por todas as licitantes, permanecerão fechados os ENVELOPES C – Habilitação, sendo devidamente rubricados pelos presentes, recolhidos e guardados em poder da Comissão, que providenciará a intimação das licitantes ausentes e aguardará o decurso do prazo recursal.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

73. Concluída a fase de julgamento das propostas, com a decisão acerca dos recursos eventualmente interpostos, e havendo propostas classificadas, será designada data para continuidade da sessão, mediante publicação no D.O.E.

74. Nos termos do §3º do art. 97 da Lei estadual nº 9.433/05, se todas as propostas forem desclassificadas, poderá a Administração fixar um prazo de 08 (oito) dias úteis às licitantes para apresentação de nova proposta, após sanadas as causas que motivaram a desclassificação.

74.1 No caso de convite, o prazo referido neste item poderá ser reduzido para 03 (três) dias úteis.

**Seção IV**  
**Da fase de habilitação**

75. A Comissão de licitação conferirá e examinará os documentos de habilitação, bem como a autenticidade dos mesmos, emitindo, de logo, caso disponível a utilização do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – SIMPAS, o extrato do Certificado de Registro, verificando a regularidade da documentação exigida no instrumento convocatório.

76. A licitante que deixar de apresentar a documentação de Habilitação válida será inabilitada.

77. A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, não implica a inabilitação automática da licitante, em face do disposto no art. 42 daquele diploma, devendo ser realizada a habilitação com ressalva de existência de restrição fiscal e diferindo-se a comprovação da regularidade.

78. A Comissão deliberará sobre a habilitação das três primeiras classificadas, franqueando a palavra uma vez mais aos participantes para que registrem em ata os protestos que entenderem cabíveis, os quais poderão ser apreciados de imediato.

79. Procedido ao julgamento da habilitação, e desde que haja declaração expressa de renúncia a recurso, consignada em ata, ou a apresentação do termo de renúncia por todas as licitantes, a Comissão dará seqüência ao procedimento.

80. Se não houver a renúncia expressa a interposição de recurso por todas as licitantes, permanecerão fechados os ENVELOPES C – Habilitação das demais proponentes, guardados em poder da Comissão, que providenciará a intimação das licitantes ausentes e aguardará o decurso do prazo recursal.

81. Concluída a fase de julgamento, com a decisão acerca dos recursos eventualmente interpostos, e havendo proposta inabilitada, a Comissão procederá à convocação de tantas licitantes classificadas quantas forem as inabilitadas no julgamento, a fim de completar o número de 3 (três) propostas válidas.

82. Nos termos do §3º do art. 97 da Lei estadual nº 9.433/05, se todas as licitantes classificadas forem inabilitadas, poderá a Administração fixar um prazo de 08 (oito) dias úteis às licitantes inabilitadas para apresentação de nova documentação, após sanadas as causas que motivaram a inabilitação.

82.1 No caso de convite, o prazo referido neste item poderá ser reduzido para 03 (três) dias úteis

**Capítulo III**  
**DAS DISPOSIÇÕES COMUNS À CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS**  
**E CONVITE, DOS TIPOS MENOR PREÇO E TÉCNICA E PREÇO**

**Seção I**  
**Das impugnações**

83. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, perante a autoridade máxima do órgão ou entidade licitante, o instrumento convocatório por irregularidade na aplicação da Lei estadual nº 9.433/05.

83.1 A impugnação, feita em linguagem clara e utilizando-se, preferencialmente, do formulário constante do instrumento convocatório, deverá ser protocolada até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes das propostas, cabendo à Administração julgar a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade de representação ao Tribunal de Contas.

84. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, as falhas ou irregularidades do instrumento convocatório, a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para recebimento dos envelopes e início da abertura dos envelopes das propostas, hipótese em que tal impugnação não terá efeito de recurso.

85. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até que seja proferida decisão final na via administrativa.

86. A desclassificação da licitante importa a preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

87. Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a Administração procederá a sua retificação e republicação, com devolução dos prazos, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

**Seção II**  
**Dos recursos**

88. Dos atos de julgamento das propostas ou dos documentos de habilitação caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, observadas as seguintes normas:

88.1 A intimação dos atos referidos neste item será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

88.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas, preferencialmente, mediante a utilização de formulário constante do instrumento convocatório.

88.3 Após interposto o recurso, que terá efeito suspensivo, será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

88.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

88.5 O prazo de recurso não se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

88.6 Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade convite, os prazos para interposição de recurso e de contra-razões serão de 02 (dois) dias úteis.

88.7 No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a autoridade competente, sob pena de responsabilidade, decidirá sobre os recursos, ouvido o órgão legal de representação jurídica da unidade.

**Seção III**  
**Da regularização fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte**

89. Sagrando-se vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte, beneficiária do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja habilitação tenha sido procedida com a ressalva de existência de restrição fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

89.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas pelo ilícito tipificado no art. 184, VI da Lei estadual nº 9.433/05, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**Seção IV**  
**Da homologação e adjudicação**

90. A autoridade superior competente examinará as vantagens da proposta vencedora em relação aos objetivos de interesse público colimados pela licitação, homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto contratual à licitante vencedora, em despacho circunstanciado.

91. Quando à licitação acudir apenas um interessado, poderá ser homologada a licitação e com este celebrado o contrato, desde que esteja comprovado nos autos que o preço proposto é compatível com o de mercado e sejam satisfeitas todas as exigências legais e regulamentares, bem como as especificações do ato convocatório.

92. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

93. Após a homologação e adjudicação do objeto e na hipótese de ter sido exigida, no instrumento convocatório, como requisito de habilitação técnica, a indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, e tendo o adjudicatário apresentado declaração formal de disponibilidade futura, deverá fazer prova, no prazo que lhe for assinalado, da efetiva existência destes, ficando esclarecido que a declaração falsa caracteriza o ilícito administrativo previsto no art. 184, V, da Lei estadual nº 9.433/05.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

94. Não restando comprovada a satisfação dos requisitos de habilitação diferidos, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação.

**Seção V**  
**Das disposições finais**

95. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a comissão, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

96. É facultado à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

97. Nos termos do §6º do art. 78 da Lei estadual nº 9.433/05, a Comissão de licitação poderá conceder, se requerido pela licitante, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de documento comprobatório da regularidade fiscal, previdenciária ou da inexistência de processo de falência ou recuperação judicial da requerente, desde que a documentação a ser apresentada retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta.

98. A concessão do prazo de que trata o item anterior ficará condicionada à apresentação, pela licitante, por intermédio do seu representante legal ou mandatário, com poderes expressos, de declaração de que se encontrava, na data da entrega da proposta, em situação regular perante as fazendas públicas, a seguridade social ou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conforme o caso, ou que não se encontrava em processo de falência ou recuperação judicial, sendo certo que, expirado o prazo concedido pela comissão de licitação, sem que a licitante apresente o documento que se comprometeu a apresentar, além de ser inabilitado, ficará sujeito às penalidades previstas na Lei estadual nº 9.433/05, observando-se o disposto nos artigos 187 a 191 do mesmo diploma legal.

99. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão de licitação.

100. A teor do §11 do art. 78 da Lei estadual nº 9.433/05, poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir licitante, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

101. Os envelopes de habilitação que não tenham sido abertos deverão ser retirados em até 30 (trinta) dias, contados da publicação da homologação da licitação, ficando esclarecido que os envelopes não retirados nesse prazo serão descartados.

102. Os casos omissos serão dirimidos pela comissão, com observância da legislação em vigor.

**Capítulo IV**  
**DO PREGÃO PRESENCIAL**

**Seção I**  
**Da fase inicial**

103. A sessão pública do pregão terá início no dia, hora e local designados no instrumento convocatório, devendo o representante da licitante efetuar o seu credenciamento, comprovando que possui os necessários poderes para formulação de propostas, lances, negociação e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

103.1 A ausência de representante da licitante na sessão pública do pregão presencial implicará na renúncia: a) ao direito de formular lances verbais; b) ao exercício do benefício previsto nos arts. 44 e 45 da Lei complementar nº 123/06, na hipótese de empate real ou ficto, no caso das microempresas e empresas de pequeno porte; c) a manifestar em ata a intenção de recorrer, o que ensejará a decadência de eventual direito de recurso.

103.2 Reputa-se credenciada a pessoa natural regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

103.3 O credenciamento de sócios far-se-á através da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores.

103.4 O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo de procuração integrante do instrumento convocatório, devendo ser exibida, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.

103.5 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, e cada representante somente poderá representar uma única licitante.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- 103.6 Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possam ser autenticados.
104. Procedido ao credenciamento, o pregoeiro recolherá o ENVELOPE A - Proposta de Preços e o ENVELOPE B – Habilitação, após o que não mais será admitida a entrega de envelopes.
- 104.1 O ENVELOPE A – Proposta de Preços e o ENVELOPE B – Habilitação deverão conter os elementos exigidos no instrumento convocatório.
105. Após a entrega da proposta, não mais caberá a desistência da licitante.
106. Sempre que houver interrupção da sessão, será consignado em ata o dia e hora em que a sessão terá continuidade.
107. A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelas licitantes e pelo pregoeiro.
108. Todos os documentos contidos nos envelopes serão rubricados pelas licitantes presentes e pelo pregoeiro.

**Seção II**  
**Da abertura das propostas de preços**

109. O pregoeiro procederá à abertura dos ENVELOPES A - Proposta de Preços, conferirá e examinará as propostas nele contidas, bem como a regularidade das mesmas.
110. Serão consideradas irregulares e desclassificadas, de logo, as propostas: a) que não estiverem acompanhadas da Descrição da Proposta de Preços, da Declaração de Elaboração Independente de Proposta e da Declaração de Pleno Conhecimento; b) que não contenham informação que permita a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto proposto; ou c) que contiverem emenda, rasura ou entrelinha, de forma a não permitir a sua compreensão.
111. O pregoeiro, após o exame e conferência das propostas regulares, classificará a de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço.
112. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as propostas subsequentes de menor preço, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
113. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o pregoeiro selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.
114. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e esteja com o preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o pregoeiro negociar, visando obter preço melhor.
115. Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender o pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas.

**Seção III**  
**Dos lances verbais**

116. Após a classificação das propostas, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes selecionados, que deverão, de forma sucessiva e distinta, apresentar seus lances, a começar com o autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais, em ordem decrescente, até que não haja mais cobertura da oferta de menor valor.
117. Somente serão admitidos lances verbais em valores inferiores aos anteriormente propostos pela mesma licitante e que não podem ser iguais a outro lance já ofertado.
118. Quando for constatado o oferecimento de lances com variação insignificante, o pregoeiro poderá fixar valor mínimo, em reais, não superior a 0,05% do valor estimado do item/lote, a ser admitido como variação entre um lance e outro.
119. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
120. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
121. Caso não se realizem lances verbais pelas licitantes selecionadas e a proposta de menor preço vier a ser desclassificada ou, ainda, inabilitada, o pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre as licitantes, obedecendo os critérios anteriormente definidos no edital.

**Seção IV**  
**Da classificação das propostas**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

122. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

122.1 Serão desclassificadas as propostas que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou, quando for o caso, que contemplem preços superiores aos preços máximos definidos no instrumento convocatório, fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou, ainda, aos constantes do sistema de registro de preços.

122.2 Serão também desclassificadas as propostas que consignarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

123. Em caso de empate, real ou ficto, será assegurada, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:

123.1 Entende-se por *empate ficto* as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, e *empate real* as que sejam iguais.

123.2 Em qualquer das hipóteses de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, proposta de preço inferior àquela de menor valor exequível, sob pena de preclusão.

123.3 Se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer o direito, ou se sua oferta não for aceita, ou se for inabilitada, será concedido idêntico direito à microempresa ou empresa de pequeno porte subsequente em situação de empate, se houver, na ordem classificatória, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital.

123.4 No caso de as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem preços iguais, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

123.5 O disposto neste item somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

124. Ocorrendo empate de propostas formuladas por licitantes que não detenham a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, será observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05, procedendo-se, sucessivamente, a sorteio em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro critério.

124.1 No caso de empate real entre as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte, em razão da ausência de disputa de lances, será realizado sorteio em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas.

125. Sempre que houver sorteio deverá ser lavrada ata específica.

126. Reordenadas as propostas, se for o caso, e havendo necessidade de apresentação de amostras ou demonstração de compatibilidade, o pregoeiro procederá em conformidade com o disposto na Seção II do Capítulo VI.

## **Seção V Da habilitação**

127. Sendo aceitável a proposta de menor preço, o pregoeiro dará início à fase de habilitação com a abertura do envelope contendo a documentação do proponente da melhor oferta, confirmando as suas condições de habilitação.

128. O pregoeiro conferirá e examinará os documentos de habilitação, bem como a autenticidade dos mesmos, emitindo, de logo, caso disponível a utilização do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – SIMPAS, o extrato do Certificado de Registro, verificando a regularidade da documentação exigida no instrumento convocatório.

129. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante habilitada será declarada vencedora.

130. A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06 não implica a inabilitação automática da licitante, em face do disposto no art. 42 daquele diploma, devendo ser realizada a habilitação com ressalva de existência de restrição fiscal e diferindo-se a comprovação da regularidade na forma do edital.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

131. Se a oferta não for aceita ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

**Seção VI**  
**Dos recursos**

132. Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, a intenção de recorrer da decisão do pregoeiro, através do registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada implicará a decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, a adjudicação do objeto da licitação, pelo pregoeiro, à licitante vencedora.

133. Manifestada a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, preferencialmente mediante a utilização do formulário constante do instrumento convocatório, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

134. O pregoeiro receberá, examinará, instruirá e decidirá os recursos no prazo de até 03 (três) dias úteis e, quando não modificar a sua decisão, encaminhará os autos à autoridade superior para deliberação.

135. A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.

136. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**Seção VII**  
**Da adjudicação e homologação**

137. O pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, caso não haja recursos, ou, em tendo havido, tenham sido por ele acolhidos, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

138. A autoridade superior, após a decisão dos recursos que lhe forem submetidos, constatando a regularidade dos atos procedimentais, adjudicará o objeto à licitante vencedora, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.

139. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

**Seção VIII**  
**Das disposições finais do pregão presencial**

140. O pregoeiro poderá, a qualquer tempo, negociar com o proponente da melhor oferta aceitável, visando obter preço menor.

141. O pregoeiro, juntamente com a equipe de apoio, lavrará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados, dentre outros, os seguintes elementos: os licitantes credenciados; as propostas escritas e os lances verbais apresentados, na ordem de classificação; a análise da documentação exigida para habilitação; os recursos interpostos e demais ocorrências relevantes.

142. A Ata da sessão deverá ser assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

143. A licitante vencedora deverá encaminhar, no prazo de um dia útil após o encerramento da sessão, nova planilha de preços com os valores readequados ao que foi ofertado no lance verbal, ou ao que foi obtido após negociação, que deverá guardar compatibilidade com a proposta escrita.

144. Após a homologação e adjudicação do objeto e na hipótese de ter sido exigida, no instrumento convocatório, como requisito de habilitação técnica, a indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, e tendo o adjudicatário apresentado declaração formal de disponibilidade futura, deverá fazer prova, no prazo que lhe for assinalado, da efetiva existência destes, ficando esclarecido que a declaração falsa caracteriza o ilícito administrativo previsto no art. 184, V, da Lei estadual no 9.433/05.

145. Não restando comprovada a satisfação dos requisitos de habilitação diferidos, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação.

**Capítulo V**  
**DO PREGÃO ELETRÔNICO**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

**Seção I**  
**Da fase inicial**

146. Como condição específica para participação do pregão por meio eletrônico é necessário, previamente, o credenciamento pelas licitantes no sistema do Banco do Brasil, através da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.
147. O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo a licitante responsável por todos os atos praticados.
148. O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.
149. As licitantes interessadas na concessão de tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar nº 123/06 deverão estar previamente cadastradas no sistema do Banco do Brasil como microempresas ou empresas de pequeno porte.
150. A licitante é responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.
151. A proposta de preço eletrônica deverá ser enviada até a data e horário previstos no instrumento convocatório, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante a opção "acesso identificado", através da digitação da senha de identificação da licitante.
- 151.1 A licitante deverá clicar na opção "oferecer proposta" e preencher o formulário eletrônico apresentado na tela com os dados pertinentes à sua proposta de preços, vedada a identificação da proponente ou do seu representante legal, sob pena de desclassificação.
- 151.2. No caso de aquisições, o campo "INFORMAÇÕES ADICIONAIS" deverá ser preenchido com as exigências relacionadas no item respectivo da Seção I – Especificações para Elaboração da Proposta de Preços, da PARTE I - Propostas.
152. Logo após o envio da proposta de preço, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital.

**Seção II**  
**Da divulgação das propostas de preços**

153. A partir do horário previsto no edital para início da sessão pública do pregão eletrônico, terá lugar a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições estabelecidas no edital, as quais serão classificadas para a etapa de lances.
154. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta.
155. Sempre que houver interrupção da sessão, as licitantes deverão ser notificadas do dia e hora em que a sessão terá continuidade.
156. Serão consideradas irregulares e desclassificadas, de logo, as propostas que não contenham informação que permita a identificação do objeto proposto.

**Seção III**  
**Dos lances eletrônicos**

157. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 157.1 É vedada a utilização de sistema robotizado que implique envio automático de lances.
- 157.2 Se, ao final da disputa, o pregoeiro identificar que alguma licitante, ao apresentar seus lances, o fez, entre outras formas, de maneira sucessiva, padronizada, intermitente, simultânea ou em intervalos de poucos segundos entre eles, indicando a utilização de software lançador "robô", será ela desclassificada, com a consequente abertura de processo administrativo para apuração do ilícito.
158. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos estabelecidas no edital.
159. O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pela mesma licitante.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- 159.1 Não serão registrados, para o mesmo item, 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
160. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
161. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
162. Alternativamente ao disposto no item anterior, e com justificativa do pregoeiro registrada em ata, o encerramento antecipado da sessão pública poderá ocorrer por sua decisão, quando transcorrido o tempo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do previsto inicialmente no edital para a sessão de lances, mediante o encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.
- 162.1 No caso da adoção do rito previsto neste item, encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

**Seção IV**  
**Da classificação das propostas**

163. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito, e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta válida.
- 163.1 Será desclassificada a proposta quando consignar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
- 163.2 Será desclassificada a proposta quando consignar valor global superior aos praticados no mercado ou, quando for o caso, que contemple preços superiores aos preços máximos definidos no instrumento convocatório, fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou, ainda, aos constantes do sistema de registro de preços.
164. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições do instrumento convocatório e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade do mercado.
165. O pregoeiro anunciará, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor, a proposta que, em consonância com as especificações contidas no edital, tenha apresentado o menor preço.
166. Em caso de empate, real ou ficto, será assegurada, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:
- 166.1 Entendem-se por *empate ficto* as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, e *empate real* as que sejam iguais.
- 166.2 Em qualquer das hipóteses de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, proposta de preço inferior àquela de menor valor exequível, sob pena de preclusão.
- 166.3 Se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer o direito, ou se sua oferta não for aceita, ou se for inabilitada, será concedido idêntico direito à microempresa ou empresa de pequeno porte subsequente em situação de empate, se houver, na ordem classificatória, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital.
- 166.4 No caso de as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem preços iguais, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 166.5 O disposto neste item somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
167. Ocorrendo empate de propostas formuladas por licitantes que não detenham a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, será observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05, procedendo-se, sucessivamente, a sorteio em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro critério.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

- 167.1 No caso de empate real entre as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte, em razão da ausência de disputa de lances, será realizado sorteio em ato público, para o qual as licitantes serão convocadas.
168. Sempre que houver sorteio deverá ser lavrada ata específica.
169. Reordenadas as propostas, se for o caso, e havendo necessidade de apresentação de amostras ou demonstração de compatibilidade, o pregoeiro procederá em conformidade com o disposto na Seção II do Capítulo VI.

**Seção V**  
**Da regularidade documental**

170. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, mediante a remessa da seguinte documentação: a) proposta escrita de preços, que deverá contemplar a planilha de custos, com os respectivos valores readequados ao valor ofertado e registrado de menor lance; b) declaração de elaboração independente de proposta; c) declaração de enquadramento, quando for o caso (Lei nº 123/2006); d) declaração de pleno conhecimento; e) instrumento de procuração, se for o caso, por instrumento público ou particular, este último acompanhado da prova da legitimidade de quem outorgou os poderes; f) documentos de habilitação.
171. Os documentos deverão ser remetidos por fax no prazo de 03 (três) horas do encerramento da disputa.
- 171.1 Na impossibilidade de utilização do fax, a documentação poderá ser encaminhada para o *email* indicado no instrumento convocatório, observado o prazo acima.
- 171.2 O pregoeiro certificará no processo a data e hora do recebimento da documentação.
- 171.3 A licitante detentora da melhor oferta deverá encaminhar os originais correspondentes ou cópia autenticada dos documentos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis do encerramento do pregão, como condição indispensável para a contratação.
172. A sessão do pregão eletrônico deverá ser interrompida, a fim de se aguardar o cumprimento dos prazos assinalados, devendo as licitantes serem notificadas do dia e hora em que a sessão terá continuidade.
173. O pregoeiro conferirá e examinará os documentos, emitindo, de logo, caso o procedimento se processe mediante a utilização do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – SIMPAS, o extrato do Certificado de Registro, verificando a regularidade da documentação exigida no instrumento convocatório.
174. A existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06 não implica a inabilitação automática da licitante, em face do disposto no art. 42 deste diploma, devendo ser realizada a habilitação com ressalva de existência de restrição fiscal e diferindo-se a comprovação da regularidade na forma do edital.
175. Se a oferta de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, e assim sucessivamente, observados os mesmos prazos definidos no convocatório, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital, sendo o respectiva licitante declarada vencedora, facultado ao pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
176. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender o pregão e estabelecer, imediatamente, um novo prazo de até 30 (trinta) minutos para o recebimento de novas propostas.
177. Constatado que o proponente da melhor oferta aceitável atende às exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

**Seção VI**  
**Dos recursos**

178. Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do pregoeiro, observadas as seguintes regras:
- 178.1 Deverá ser registrada a síntese das razões do recorrente em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, na adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

178.2 Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer licitante, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, que deverá ser formulado em documento próprio no sistema eletrônico, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo da recorrente.

178.3 O pregoeiro receberá, examinará, instruirá e decidirá os recursos no prazo de até 03 (três) dias úteis e, quando não modificar a sua decisão, encaminhará os autos à autoridade superior para deliberação.

178.4 A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.

178.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

**Seção VII**  
**Da adjudicação e homologação**

179. O pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, caso não haja recursos, ou, em tendo havido, tenham sido por ele acolhidos, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

180. A autoridade superior, após a decisão dos recursos que lhe forem submetidos, constatando a regularidade dos atos procedimentais, adjudicará o objeto à licitante vencedora, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.

181. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

**Seção VIII**  
**Das disposições finais do pregão eletrônico**

182. O pregoeiro poderá, a qualquer tempo, negociar com o proponente da melhor oferta aceitável, visando obter preço menor.

183. Os atos essenciais do pregão eletrônico serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos da legislação pertinente.

184. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e das informações relativas à sessão pública do pregão deverão constar da ata divulgada no sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei.

185. Após a homologação e adjudicação do objeto e na hipótese de ter sido exigida, no instrumento convocatório, como requisito de habilitação técnica, a indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, e tendo o adjudicatário apresentado declaração formal de disponibilidade futura, deverá fazer prova, no prazo que lhe for assinalado, da efetiva existência destes, ficando esclarecido que a declaração falsa caracteriza o ilícito administrativo previsto no art. 184, V, da Lei estadual nº 9.433/05.

186. Não restando comprovada a satisfação dos requisitos de habilitação diferidos, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação.

**Capítulo VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES COMUNS AO PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO**

**Seção I**  
**Das impugnações**

187. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 01 (um) dia útil.

188. A impugnação deverá ser feita em linguagem clara, utilizando-se, preferencialmente, o formulário constante do instrumento convocatório.

189. Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a Administração procederá a sua retificação e republicação, com devolução dos prazos, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

**Seção II**  
**Das amostras ou demonstração de compatibilidade**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

190. Havendo necessidade de apresentação de amostras ou de demonstração de compatibilidade, o pregoeiro comunicará a todas as licitantes a suspensão da sessão, franqueará ao detentor da melhor proposta a sua realização, no prazo e forma assinalados, ficando facultado aos demais licitantes o acompanhamento.

190.1 Se inexitosa a aferição de qualquer amostra ou demonstração de compatibilidade, o pregoeiro procederá à convocação do detentor da proposta subsequente, na ordem de classificação até que obtenha resultado compatível.

191. A amostra ou a demonstração de compatibilidade será analisada com o objetivo de aferir a sua adequação com os requisitos e as especificações contidas no instrumento convocatório, bem como com as consignadas na proposta apresentada pela licitante, para o que poderá ser solicitada a avaliação e análise por parte de unidade técnica competente.

192. A não apresentação de amostra ou de demonstração de compatibilidade será reputada desistência do certame, com as conseqüências estabelecidas em lei.

193. A desconformidade ou incompatibilidade com os requisitos e especificações do instrumento convocatório implicará na desclassificação da proposta.

194. A amostra deverá ser entregue contra-recibo, no prazo e endereço fixados pelo pregoeiro, devendo estar em embalagem lacrada, que contenha as informações que permitam identificar a licitante e o procedimento licitatório ao qual se refere.

194.1 Os produtos apresentados como amostras poderão ser abertos, desmontados, instalados e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação, não cabendo ressarcimento do valor do objeto.

194.2 A amostra apresentada deverá possuir elementos e quantidades suficientes que permitam a identificação do objeto, bem como a constatação de suas propriedades e do seu rendimento, além do número do registro no órgão competente, quando exigido.

194.3 Entregue a amostra, não serão permitidas quaisquer modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante do instrumento convocatório.

194.4 A amostra aprovada permanecerá em poder do órgão licitante para fins de confrontação quando do recebimento do material licitado, sendo liberada somente após a conclusão do contrato.

194.5 As amostras reprovadas deverão ser retiradas em até 30 (trinta) dias, contados da publicação da homologação da licitação, ficando esclarecido que as que não forem retiradas nesse prazo serão descartadas, sem direito a indenização.

194.6 Em nenhuma hipótese as amostras apresentadas serão tidas como início de entrega dos materiais ofertados.

### **Seção III**

#### **Da regularização fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte**

195. Sagrando-se vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte, beneficiária do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja habilitação tenha sido procedida com a ressalva de existência de restrição fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

195.1 A não-regularização da documentação, no prazo previsto neste item implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas pelo ilícito tipificado no art. 184, VI da Lei estadual nº 9.433/05, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

### **Seção IV**

#### **Das disposições finais do pregão**

196. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

197. O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

198. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

199. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação em vigor.

## **TÍTULO V DOS CONTRATOS**

### **Capítulo I DA FORMALIZAÇÃO**

200. A contratação com a licitante vencedora obedecerá as condições da minuta de contrato constante do instrumento convocatório, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento equivalente, desde que presentes as condições do art. 132 da Lei estadual nº 9.433/05.

200.1 Considerar-se-ão literalmente transcritas no instrumento equivalente todas as cláusulas e condições previstas na minuta de contrato constante do convocatório

201. O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo fixado no edital, na forma dos §§3º e 4º do art. 124 da Lei estadual nº 9.433/05, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no inciso I do art. 192 da Lei estadual nº 9.433/05, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

202. Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação.

203. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

204. Se a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pela licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

205. Os atos de prorrogação, suspensão ou rescisão dos contratos administrativos sujeitar-se-ão às formalidades exigidas para a validade do contrato originário.

206. Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila: a) a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores; b) o reajustamento de preços previsto no edital e no contrato; c) as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes.

### **Capítulo II DAS GARANTIAS**

207. As garantias contratuais, quando exigidas, deverão recair sobre uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, observadas as disposições da minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

### **Capítulo III DOS PRAZOS DE DURAÇÃO**

208. É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

209. A vigência contratual observará o prazo estabelecido na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

### **Capítulo IV DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DAS REVISÕES DE PREÇO**

210. O contrato poderá ser alterado, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas na Lei estadual nº 9.433/05, devendo ser observado, no que diz respeito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, os parâmetros definidos na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

#### **Capítulo V DO REAJUSTAMENTO**

211. O reajustamento dos preços contratuais observará os índices específicos ou setoriais mais adequados à natureza da obra, compra ou serviço, conforme definido na minuta de contrato constante do instrumento convocatório.

#### **Capítulo VI DA EXECUÇÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**

212. A execução, fiscalização e recebimento do objeto contratual obedecerá as disposições previstas na minuta de contrato constante do instrumento convocatório, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a Contratada da total responsabilidade pelas obrigações assumidas.

#### **Capítulo VII DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS**

213. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

213.1 A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05.

213.2 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do §2º do art. 168 do mesmo diploma.

#### **TÍTULO VI DAS PENALIDADES**

214. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184, 185 e 199 da Lei estadual nº 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

215. Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, observando-se os critérios de dosimetria estabelecidos pelo Decreto estadual nº 13.967/12.

#### **Capítulo I DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

216. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184, nos incisos II, III e V do art. 185 e no art. 199 da Lei estadual nº 9.433/05.

#### **Capítulo II DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA**

217. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e nos incisos I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

#### **Capítulo III DA ADVERTÊNCIA VERBAL**

218. Será advertido verbalmente a licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo o responsável pela licitação determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

**Capítulo IV**  
**DO DESCREDENCIAMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL**

219. A licitante ou contratada será descredenciada do Sistema de Registro Cadastral quando, em razão da ocorrência das faltas previstas na Lei estadual nº 9.433/05, deixar de satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, ou regularidade fiscal e trabalhista exigidas para cadastramento.

**Capítulo V**  
**DA MULTA**

220. A recusa à assinatura do contrato, pelo adjudicatário, no prazo fixado no instrumento convocatório, ensejará a aplicação da pena de multa de mora no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

221. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista na minuta de contrato constante do instrumento convocatório, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05 e no Decreto estadual nº 13.967/12.

**TÍTULO VII**  
**DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

222. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 122 da Lei estadual nº 9.433/05.

**TÍTULO VIII**  
**DO FORO**

223. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

## PARTE VI – MODELOS PADRONIZADOS

---

---

### I. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

---

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

**[Identificação completa do representante da licitante]**, como representante devidamente constituído de **[Identificação completa da licitante]**, doravante denominada LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

**II. MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR**

---

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei estadual nº 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

( ) nem menor de 16 anos.

**ou**

( ) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

---

**III. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)**

---

**[EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE]**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, declaramos:

que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição

( ) **de microempresa** [ou] ( ) **de empresa de pequeno porte**

e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

**IV. MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO À REGULARIDADE FISCAL  
(LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)**

---

**[EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE]**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Em cumprimento ao disposto no instrumento convocatório acima identificado, **declaramos**, para os efeitos da Lei Complementar nº 123/06:

- ( ) Não haver restrição **na comprovação da nossa regularidade fiscal.**  
[OU]  
( ) **Haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal**, a cuja regularização procederemos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data da declaração do vencedor.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

---

**V. MODELO DE PROCURAÇÃO**

---

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

**VI. MODELO DE PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO/RECURSO**

---

Recebido em \_\_/\_\_/\_\_

(assinatura, identificação do servidor  
e matrícula)

---

**I. Identificação completa: razão social, CNPJ, endereço e nome, RG e CPF do representante legal:**

---

**II. Órgão/entidade e setor licitante:**

---

**III. Modalidade/número de ordem:**

---

**IV. Proc. Administrativo nº:**

---

**V. Finalidade da licitação/objeto:**

---

**VI. Dispositivo(s) ou ato(s) questionado(s): (Transcrever)**

---

**VII. Razões da impugnação/recurso:**

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR  
Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

---

**VII. MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO**

---

**[EXCLUSIVA PARA O PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL]**

Modalidade de Licitação	Número
-------------------------	--------

Em cumprimento do art. 120, II e art. 121, VIII da Lei estadual nº 9.433/05, e em face do quanto disposto no art. 184, inc. V, e no art. 195 do mesmo diploma estadual, declaramos:

(  ) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.

[ou]

[exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte  
beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06]

(  ) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, ressalvada, na forma do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, a existência de restrição fiscal.

Salvador \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA